

3) CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

Verificara D. João III a dificuldade e o pouco resultado da colonização do Brasil, pelos meios até então empregados. Resolveu, assim, aplicar, na nova terra, um processo já experimentado satisfatoriamente nas ilhas dos Açores e da Madeira, — o das **capitanias hereditárias**.

Para tanto, foi o Brasil dividido em lotes de extensão variável de costa: 40, 50 ou 60 quilômetros.

Esses lotes foram doados a homens ilustres — os **donatários** — que os deviam explorar e colonizar à sua custa. Dariam a décima parte de todos os produtos a Portugal, que teria, também, o quinto das pedras e metais preciosos e o monopólio do pau brasil, das drogas e das especiarias.

As capitanias eram hereditárias, isto é, passavam aos filhos dos donatários.

Tinham êstes sôbre seus súditos, ainda, amplos poderes.

Foram 15 lotes distribuídos por 12 donatários.

Ei-los a contar do Sul para o Norte:

Pero Lopes de Sousa, que recebeu **Santana e Santo Amaro**, ao Sul do Brasil e **Itamaracá**, na costa de Pernambuco.

Martim Afonso de Sousa, donatário de **São Vicente** (dois lotes);

Pero Góis da Silveira, que teve a capitania de **Paraíba do Sul**;

Vasco Fernandes Coutinho, donatário de **Espírito Santo**;

Pero de Campos Tourinho, de **Pôrto Seguro**;

Jorge de Figueiredo Correia, de **Ilhéus**;

Francisco Pereira Coutinho, de **Baía de Todos os Santos**;

Duarte Coelho, de **Pernambuco**;

João de Barros, associado a Aires da Cunha, teve um lote no **Rio Grande do Norte** e outro no **Maranhão**;

Antônio Cardoso de Barros obteve a capitania do **Ceará**;

Fernão Álvares de Andrade recebeu uma porção na região de **Piauí** e **Maranhão**.

Destas capitanias apenas duas se desenvolveram com resultados apreciáveis: São Vicente e Pernambuco.

São Vicente. — Martim Afonso de Sousa, depois da fundação das colônias de São Vicente e Piratininga, procurou desenvolver a agricultura da cana e a criação do gado.

Um colono de São Vicente, **Brás Cubas**, fundou, em 1536, a vila de **Santos**, destinada a se tornar grande cidade e um dos maiores portos do Brasil.

Pernambuco. — Duarte Coelho, seu donatário, fundou a vila de **Olinda**. Fêz aliança com os índios Tabajaras e, com auxílio dêles, abateu os Caetés, seus inimigos. Depois, imprimiu grande desenvolvimento à capitania, graças principalmente à lavoura da cana e do algodão e à fabricação do açúcar.

As outras capitanias não tiveram igual sorte. Algumas prosperaram a princípio, mas, depois, decaíram, em virtude de ataques dos selvagens ou da indisciplina dos colonos e da falta de recursos dos donatários.

As capitanias de Pernambuco para o Norte não foram colonizadas e seus donatários nem mesmo delas vieram tomar posse.

O sistema das capitanias não produziu, portanto, o efeito esperado. O governo português compreendeu, então, a necessidade de um poder central que, no Brasil,

reunisse em torno d'ele os esforços dos donatários, mantendo a ordem, praticando a justiça, administrando as finanças, defendendo a costa. Em vista disto, Portugal criou um **governo geral do Brasil**.

RESUMO DAS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

Vultos

- D. João III — rei de Portugal, divide o Brasil em capitánias.
 Martim Afonso de Sousa — donatário de dois lotes da capitania de São Vicente.
 Pero Lopes de Sousa — donatário de Santana, Santo Amaro e Itamaracá.
 Pero Góis da Silveira — donatário de Paraíba do Sul.
 Vasco Fernandes Coutinho — donatário de Espírito Santo.
 Pero de Campos Tourinho — donatário de Pôrto Seguro.
 Jorge de Figueiredo Correia — donatário de Ilhéus.
 Francisco Pereira Coutinho — donatário de Bahia.
 Duarte Coelho — donatário de Pernambuco. Fundador de Olinda.
 Antônio Cardoso de Barros — donatário de Ceará.
 João de Barros — donatário de um lote do Rio Grande do Norte, e de Maranhão.
 Aires da Cunha — sócio de João de Barros.
 Fernão Álvares de Andrade — donatário do lote de Piauí e Maranhão.
 Brás Cubas — fundador da vila de Santos.

Datas e fatos

- 1534 — Divisão do Brasil em capitánias.
 1536 — Fundação de Santos por Brás Cubas.

4) OS TRÊS PRIMEIROS GOVERNADORES GERAIS

Falhou totalmente o sistema de colonização das capitánias. Para tanto várias causas haviam concorrido. Eram, às vezes, muito grandes seus territórios e bem pequenos os recursos dos donatários. Além disso, não dispunham de meios para repelir os ataques dos selvagens ou invasões estrangeiras.

Os abusos e indisciplina dos colonos e a falta de união dos donatários eram, também, motivo para que fôsem perdidos todos os esforços.

Resolveu, então, D. João III criar um governo geral, capaz de, em torno d'ele, reunir os esforços dos donatários, amparando-os, se necessário, e decidindo as questões que entre eles surgissem.

Para sede do governo foi comprada aos herdeiros de Francisco Pereira Coutinho a capitania da Bahia, de situação central e dona do excelente pôrto da baía de Todos os Santos.

Primeiro Governo Geral. — Primeiro governador geral foi nomeado **Tomé de Sousa**, homem experimentado já na administração de outras colônias.

Tomé de Sousa chegou à Bahia a 29 de março de 1549. Vinha acompanhado de muitos homens de armas e colonos, muitas famílias e seis jesuítas, dirigidos pelo padre **Manoel da Nóbrega**.

Caramuru e os Tupinambás vieram logo dar seu apoio ao governador que, auxiliado por eles, lançou os fundamentos de uma cidade defendida por uma muralha.

Ergueram-se muitas casas cobertas de palha, uma igreja, o colégio dos jesuítas.

A cidade teve o nome de **Cidade do Salvador** e foi, até 1763, a capital do Brasil. Contando com a ajuda dos jesuítas, Tomé de Sousa tomou medidas acertadas, tais como a cultura das terras, para o que mandou vir sementes. Estabeleceu a criação do gado, que mandou buscar nas ilhas do Cabo Verde. Manteve a ordem entre os colonos e puniu com severidade os índios antropófagos.

Conseguiu que, em 1550, fôsse criado o primeiro bispado no Brasil, sendo bispo **D. Pero Fernandes** que, em fins de 1551, chegou à Bahia.

Em 1553, depois de correta administração, entregou o govêrno a seu sucessor, **Duarte da Costa**.

Segundo Govêrno Geral. — Duarte da Costa, segundo governador geral, chegou em 1553.

Vinham com êle cêrca de 250 pessoas, entre as quais seu filho Álvaro da Costa e vários sacerdotes. Um dêstes, **José de Anchieta**, estava destinado a desempenhar o papel mais saliente na obra de colonização do Brasil.

Tendo o padre Manuel da Nóbrega e José de Anchieta passado a São Vicente, foram ao planalto de Piratininga, e ali resolveram fundar um colégio.

Isto foi feito a **25 de janeiro de 1554**, data da conversão de **São Paulo**. Logo, em tôrno dêle, se formou uma povoação, vindo os índios ali habitar. Foi êsse povoado a origem da grande cidade de São Paulo.

Na Bahia sérias divergências haviam surgido entre o governador e o bispo, por causa do procedimento de D. Álvaro da Costa, filho do governador.

Em virtude de tais fatos, o bispo seguiu para dar explicações a el-rei, em Lisboa.

Em viagem, porém, naufragou nas costas de Alagoas, sendo, com seus companheiros, devorado pelos Caetés (1556).

Em novembro de 1555, comandados por Nicolau Durand de Villegagnon, os franceses estabeleceram-se na baía do Rio de Janeiro, onde permaneceram até 1567.

Em 1557, deixava Duarte da Costa o govêrno geral, passando-o ao sucessor, **Mem de Sá**.

Terceiro Governador Geral. — Mem de Sá, assim que chegou à Bahia, buscou restabelecer a ordem, pondo fim aos abusos verificados no govêrno anterior.

Em 1560, foi ao Rio de Janeiro, onde atacou e venceu os franceses estabelecidos na baía de Guanabara. Êstes fugiram e esconderam-se nas matas do litoral. Depois voltaram às primitivas posições, mal o governador partira.

Passando à Bahia, tomou medidas importantes, melhorando a situação da lavoura e favorecendo o estabelecimento dos engenhos.

Sabendo que, de novo, os franceses se haviam fortificado no Rio de Janeiro, disse informou o govêrno português.

Em 1564, foi enviado para combatê-los, com vários reforços, **Estácio de Sá**, sobrinho de Mem de Sá.

Apenas, em 1567, porém, foram os franceses batidos e expulsos, após a fundação, em 1565, da cidade de **São Sebastião do Rio de Janeiro**.

Mem de Sá faleceu em 1572, na Bahia, onde foi enterrado, no colégio dos jesuítas. Deixou a lembrança de notável administrador e grande benemérito do Brasil.

RESUMO DOS TRÊS PRIMEIROS GOVERNADORES GERAIS

Vultos

- D. João III — rei de Portugal que cria o govêrno geral no Brasil.
 Tomé de Sousa — primeiro governador geral do Brasil. Funda a cidade do Salvador.
 Padre Manuel da Nóbrega — chefe dos jesuítas que vieram com o primeiro governador.
 Caramuru — vem com os Tupinambás prestar apoio a Tomé de Sousa.

- D. Pero Fernandes — primeiro bispo do Brasil.
 Duarte da Costa — segundo governador geral.
 Alvaro da Costa — filho do governador, torna-se adversário do bispo.
 José de Anchieta — chega ao Brasil com Duarte da Costa. Funda com o padre Nóbrega o Colégio de São Paulo.
 Nicolau Durand de Villegagnon — chefe dos franceses que se vêm estabelecer na baía do Rio de Janeiro.
 Mem de Sá — terceiro governador geral.
 Estácio de Sá — sobrinho do governador, vem da Europa encarregado de expulsar os franceses do Rio de Janeiro. Lança os fundamentos da cidade de São Sebastião.

Datas e fatos

- 1549 — (29 de março) — Chega à Bahia Tomé de Sousa.
 1549 — Tomé de Sousa funda a cidade do Salvador.
 1550 — É criado o primeiro bispado do Brasil.
 1551 — Chega à Bahia o primeiro bispo, D. Pero Fernandes.
 1553 — Tomé de Sousa passa o govêrno a Duarte da Costa, segundo governador geral.
 1554 — (25 de janeiro) — Fundação, no planalto de Piratininga, do colégio de São Paulo.
 1555 — (novembro) — Comandados por Nicolau Durand de Villegagnon, os franceses se estabelecem na baía do Rio de Janeiro.
 1556 — Em viagem para Portugal, o bispo D. Pero Fernandes naufraga e é devorado pelos Caetés.
 1557 — Duarte da Costa passa o govêrno a Mem de Sá — terceiro governador geral do Brasil.
 1560 — Mem de Sá vai ao Rio de Janeiro, bate os franceses, que, depois, voltam às antigas posições.
 1564 — Chega à Bahia Estácio de Sá, que vem incumbido pelo govêrno de Portugal de bater os franceses estabelecidos na Guanabara.
 1565 — Fundação da cidade de São Sebastião.
 1567 — Os franceses são expulsos, finalmente, do Rio de Janeiro.
 1572 — Falece, na Bahia, Mem de Sá.

5) FRANCESES NO RIO DE JANEIRO. FUNDAÇÃO DA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO; ESTÁCIO DE SÁ

Em 1555 chegava à baía de Guanabara uma frota francesa sob o comando do almirante Nicolau Durand de Villegagnon.

Vinha fundar, no sul do Brasil, uma colônia que servisse de abrigo aos franceses perseguidos em sua terra por questões religiosas.

Entrando na baía de Guanabara, os invasores ocuparam um ilhéu junto à barra, que é a ilha da Laje. Em pouco, porém, o abandonaram, porque as ressacas, ali violentas, lhes destruíram as fortificações que haviam erguido.

Passaram-se, então, para a ilha chamada pelos indígenas Serigipe, hoje, de Villegagnon. Aí fundaram um forte que denominaram Coligny.

Os selvagens do local, os Tamoios, atraídos pelas maneiras brandas com que os franceses os tratavam, eram seus aliados, auxiliando-os bastante.

Duarte da Costa, segundo governador geral, não possuindo recursos para enfrentar os invasores, solicitou, várias vezes, providências de Portugal, que não as tomou.

Em 1557, chegava à Bahia outro governador — Mem de Sá. Acomodados os negócios da colônia, em 1560 o governador partiu para a Guanabara. Aí chegando, atacou os franceses, bateu-os, tomou-lhes a ilha de Serigipe, destruiu o forte e retirou-se.

Em seguida voltou à cidade do Salvador.

Mal o governador partira da Guanabara, os estrangeiros, que se haviam refugiado nas matas do continente, entre os Tamoios, seus aliados, voltaram, ocuparam a ilha e reconstruíram o forte.

Recebendo novos auxílios da França, ergueram outras fortificações na ilha de **Paranapuã (Governador)** e, no outeiro da Glória, junto ao sítio que é, hoje, a praia do Flamengo.

E, de novo, a colônia francesa voltou a prosperar e a fortalecer-se.

Informado, mais tarde, o govêrno português da situação em que se encontravam os franceses no Rio de Janeiro, enviou ao Brasil, com outros reforços, **Estácio de Sá**, sobrinho de Mem de Sá, que chegou à Bahia em 1564.

Dáí partiu Estácio de Sá para o Rio de Janeiro, onde deveria atacar os franceses. Fundaria, também, uma cidade, afim de que se efetivasse a posse dessa região e não tornassem os invasores a ocupá-la, como acontecera em 1560.

A entrada da barra, porém, Estácio de Sá não se animou ao ataque, dada a força dos invasores. Foi, então, a São Vicente, buscar novos auxílios.

De lá voltou, acompanhado dos jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta. Trazia mais alguns colonos e numerosos índios Temiminós, de que era chefe **Araribóia**.

Nos últimos dias de fevereiro de 1565 chegaram, outra vez, ao Rio de Janeiro.

Na Praia Vermelha desembarcou o capitão português com a sua gente.

Logo no dia 1º de março, ao pé do morro **Cara de Cão** (junto ao qual está hoje a fortaleza de São João), nas proximidades do penhasco do Pão de Açúcar e do cabeça da Urca, lançou os fundamentos de uma cidade. Em homenagem ao rei de Portugal, chamou-a **Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro**. Tomou para seu pa-

trono o santo do mesmo nome e deu-lhe, como armas, um molho de setas.

Durante quase dois anos, porém, apesar de vários combates, os franceses continuavam fortes nas suas posições e Estácio não obtinha resultado decisivo.

Finalmente, informado do que se passava, veio da Bahia Mem de Sá, trazendo novos reforços. Reuniu-se ao sobrinho, a 19 de janeiro de 1567.

No dia seguinte (20 de janeiro de 1567), dia do padroeiro da cidade, atacaram afinal as posições francesas. Na luta, foi gravemente ferido, no rosto, por uma flecha tamoia, o bravo Estácio de Sá, que morreu quase um mês depois.

Após a vitória, resolveu Mem de Sá transferir a cidade para outro sítio menos exposto a ataques ou invasões, dentro da Guanabara.

Escolheu o morro do Descanso, cujas matas mandou derrubar, apropriando-o para que nêle se construíssem estabelecimentos do govêrno e as habitações particulares.

Para defesa, lá edificou fortaleza bem murada e armada, o **Castelo**, de que o monte tomou o nome.

Logo após eram erguidos a Câmara, o Colégio dos Jesuítas e a Igreja de São Sebastião, onde, mais tarde, foram enterrados os despojos do Capitão Estácio de Sá.

Primeiro governador da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi nomeado **Salvador Corrêia de Sá**, sobrinho de Mem de Sá.

Para comemorar a fundação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro preferiu-se a data de 20 de janeiro, data do padroeiro (São Sebastião) e da vitória sôbre os franceses.

RESUMO DE FRANCESES NO RIO DE JANEIRO

Vultos

Nicolau Durand de Villegagnon — à frente de um bando de aventureiros estabelece-se na baía do Rio de Janeiro.

Duarte da Costa — governador geral do Brasil quando Villegagnon se estabelece no Rio de Janeiro.

Mem de Sá — terceiro governador geral do Brasil, que leva a efeito a expulsão dos franceses.

Estácio de Sá — sobrinho de Mem de Sá, encarregado pelo governo português de expulsar os franceses do Rio de Janeiro. Fundador da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Nóbrega e Anchieta — jesuítas que acompanham Estácio de Sá, na fundação da cidade.

Araribóia — chefe temiminó que grandes auxílios presta aos portugueses.

Salvador Correia de Sá — sobrinho de Mem de Sá, primeiro governador geral da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Datas e fatos

- 1555 — Nicolau Durand de Villegagnon chega à baía do Rio de Janeiro.
- 1557 — Duarte da Costa passa o govêrno a Mem de Sá.
- 1560 — Mem de Sá vai ao Rio de Janeiro, ataca os franceses e destrói o forte de Coligny.
- 1564 — Chega à Bahia Estácio de Sá.
- 1565 — (fevereiro) — Estácio de Sá, trazendo novos reforços, chega ao Rio de Janeiro.
- 1565 — (1º de março) — Estácio de Sá, junto ao morro Cara de Cão, perto do Pão de Açúcar, lança os fundamentos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.
- 1567 — (19 de janeiro) — Informado do estado de guerra, Mem de Sá, que viera da Bahia, une-se a Estácio de Sá, no Rio de Janeiro.
- 1567 — (20 de janeiro) — Vitória dos portugueses sobre os franceses. Ferimento de Estácio de Sá.

6) INVASÕES HOLANDESAS; MATIAS DE ALBUQUERQUE; HENRIQUE DIAS E FELIPE CAMARÃO

Em 1581, Felipe II, rei da Espanha, foi aclamado rei de Portugal. Passava, assim, Portugal, com tôdas as suas colônias, e entre elas o Brasil, para o domínio espanhol.

Velha rivalidade existia entre a Espanha e a Holanda. Recomeçaram, logo, a guerra que já haviam realizado. Então a Holanda fundou uma companhia, denominada das Índias Ocidentais, destinada a atacar as colônias que a Espanha possuía na América, principalmente o Brasil.

Primeira Invasão Holandesa. — Dessa forma equipou poderosa esquadra que se destinava à conquista da Bahia. A 9 de maio de 1624 aparecia ela diante da cidade do Salvador.

Não possuindo recursos de defesa capazes, foi a cidade tomada no dia 10.

Era governador do Brasil **Diogo de Mendonça Furtado** que, apesar da resistência que pôde oferecer, foi prêso no palácio com sua família e remetido para Holanda.

Johan Van Dorth, comandante holandês, assumiu o govêrno da cidade, erguendo fortificações, restabelecendo a ordem.

Tomou a direção do govêrno da Bahia Francisco Nunes Marinho, enviado por Matias de Albuquerque, governador de Pernambuco.

Iniciadas as lutas, Johan Van Dorth e vários outros chefes holandeses foram mortos.

Cada vez mais se tornava difícil a situação dos holandeses, encerrados na cidade do Salvador, sem ordem e disciplina, cercados pelos defensores da Bahia que, com suas emboscadas, não os deixavam sossegar. Finalmente, chegou à baía de Todos os Santos poderosa esquadra enviada pela Espanha e comandada por **D. Fradique de Toledo Osório**. Completamente cercados, os holandeses ainda resistiram durante um mês, entregando, afinal, a 1º de maio de 1625, a cidade com todos os seus bens. Aos invasores foi permitida a retirada para a Holanda.

Estava salva a Bahia e a Holanda sofrera, nessa primeira invasão, sensíveis prejuízos.

Segunda Invasão Holandesa. — Embora o insucesso da primeira invasão, a Holanda não desanimou e iniciou os preparativos de poderosa esquadra, bem maior que a primeira, incumbida de fazer a conquista de Pernambuco.

O governo espanhol foi avisado dos projetos da Holanda, mas os recursos que enviou a **Matias de Albuquerque** foram quase nada.

A 14 de fevereiro de 1630 diante de Olinda surgia a grande esquadra holandesa.

Apesar da resistência dos pernambucanos, os holandeses desembarcaram na praia do Pau Amarelo, tomaram Olinda e Recife.

Tratou **Matias de Albuquerque** de organizar a resistência. Fundou, entre Recife e Olinda, o **Arraial do Bom Jesus**, que fortificou convenientemente, e criou as célebres «companhias de emboscadas», que tantos males causaram aos holandeses.

Querendo firmar seu domínio no Brasil, a Holanda preparou outra forte esquadra, sob as ordens de **Adrian Jansen Pater**. Avisada, a Espanha, por sua vez, organizou outra, que entregou a **D. Antônio Oquendo**.

As duas esquadras encontraram-se na altura do Grupo dos Abrolhos, onde travaram combate.

Depois da batalha, que ficou indecisa, Oquendo voltou à Europa, tendo, antes, desembarcado, em Pernambuco, 790 homens, sob o comando do **Conde Bagnuolo** (Banhúolo).

Acreditando os invasores que o socorro de Bagnuolo fôsse bem maior, incendiaram Olinda e concentraram-se no Recife.

Logo após, os holandeses começaram a sofrer sérias derrotas e já se encontravam em má situação, pensando mesmo em abandonar a conquista, quando um fato veio mudar a situação.

Domingos Fernandes Calabar, mestiço, natural de Pôrto Calvo, que combatia nas tropas de **Matias de Albuquerque**, passou-se para o exército holandês. Perfeito conhecedor da região e dos processos de guerra empregados pelos pernambucanos, guiou os invasores que, por êle encaminhados, alcançaram várias vitórias.

Tornou-se a luta contrária aos pernambucanos, que foram perdendo, apesar de heróica resistência, suas posições, inclusive o Arraial do Bom Jesus.

Verificando **Matias de Albuquerque** que não lhe era possível, após os últimos desastres, continuar a resistência, resolveu retirar-se para Alagoas, afim de se juntar às tropas de Bagnuolo. No dia 3 de julho de 1635 iniciou a retirada, seguido de cerca de 8.000 acompanhantes de toda espécie, inclusive velhos, mulheres e crianças, que preferiam sofrer todos os sacrifícios a se entregar aos holandeses.

Em caminho, os retirantes passaram por perto de Pôrto Calvo, que estava em poder do inimigo. Ali se achavam cerca de 500 homens sob o comando de **Picard** e **Calabar**. Do combate que, nessa ocasião, se travou, e **Calabar** saiu vencedor **Matias de Albuquerque**, sendo prêsso **Calabar**, que foi enforcado. Apesar dêsse feito, continuou **Matias de Albuquerque** a retirada.

Maurício de Nassau. — Julgando-se perfeitamente estabelecida no Brasil, a Holanda designou, em 1637, **João Maurício de Nassau** para governar, por cinco anos, o Brasil holandês. Era Nassau homem ilustre. Ao contrário do que, até então, haviam feito seus patrícios, encaminhou sãbiamente sua administração, repelindo abusos, não permitindo perseguições, sendo tolerante, liberal, trabalhador. Mandou reedificar Olinda, e, em Recife, construiu cidade moderna e adiantada. Procurou por tôdas as formas a amizade entre brasileiros e holandeses.

Logo depois de sua chegada, atacou e tomou Pôrto Calvo, muito embora os pernambucanos houvessem resistido com denôdo. Distinguiram-se nesse combate, praticando grandes atos de heroísmo, o negro **Henrique Dias**, o índio catequizado **Antônio Felipe Camarão** e sua mulher, **D. Clara Camarão**.

Nassau pretendeu, em seguida, conquistar a Bahia, onde, porém, sofreu séria derrota. Governou Maurício de Nassau Pernambuco até 1644, quando pediu demissão do cargo e partiu para a Holanda. Foi substituído por três negociantes holandeses, que, por seus abusos, impeliram os pernambucanos à revolta.

Restauração de Portugal. — Desde 1580 vinha Portugal suportando o domínio espanhol. A 1º de dezembro de 1640, patriotas portugueses revoltaram-se chefiados pelo Duque de Bragança. Este foi aclamado, com o título de **D. João IV**, rei de Portugal, que, assim, se libertou da dominação de Espanha. O Brasil e as colônias portuguesas, logo a seguir, aderiram à restauração, sacudindo, também, o domínio espanhol.

Insurreição Pernambucana. — A dominação holandesa em Pernambuco havia sido tolerada e suportada durante a inteligente administração de Maurício de Nassau. Com seus sucessores, porém, tornou-se insupportável. Não tardou que irrompesse a insurreição. Era

dirigida pelo paraibano **André Vidal de Negreiros** que, em viagem pelo sertão, levantara engenhos e fazendas contra os holandeses, e por **João Fernandes Vieira**, rico comerciante português, natural da ilha da Madeira.

Preparado o movimento, rompeu êle no dia 13 de junho de 1645. Após os primeiros encontros, no dia 3 de agosto de 1645, no monte das Tabocas, sofreram os holandeses, comandados pelo tenente coronel Haus, grande derrota. Fernandes Vieira era o comandante dos pernambucanos vencedores.

Animados, êstes receberam logo muitos reforços trazidos por chefes notáveis: **Antônio Dias Cardoso**, **Martim Soares Moreno**, **Henrique Dias** à frente dos pretos e **Antônio Felipe Camarão** (o índio Poti) e sua mulher **D. Clara Camarão**, à testa dos índios. Reunidos todos, foi aclamado **João Fernandes Vieira** chefe dos independentes, como se denominavam os pernambucanos revoltosos, que tomaram a divisa — **Deus e Liberdade**.

Vitórias seguidas foram alcançando os independentes e a guerra ia-se arrastando com desvantagens constantes para os holandeses. Então, o govêrno português nomeou **Francisco Barreto de Menezes** para comandar os insurretos. Barreto de Menezes caiu prisioneiro dos inimigos, mas, conseguindo escapar, chegou a Pernambuco e assumiu o comando dos revoltados. No dia 19 de abril de 1648, sob seu comando, os pernambucanos venciam os holandeses perto dos montes dos Guararapes. De novo, a 19 de fevereiro de 1649 os pernambucanos venciam os holandeses na segunda batalha dos Guararapes.

A luta continuou, perdendo os holandeses tôdas as posições, ficando apenas reduzidos à cidade de Recife, que os pernambucanos sitiavam.

Foi quando chegou uma esquadra portuguesa comandada por **Pedro Jacques de Magalhães**, que, completando o cêrco, collocou os de Holanda em situação péssima.

Finalmente, a 26 de janeiro de 1654, **Segismundo Van Schkoppe**, notável chefe, assinava a **capitulação da Campina do Taborda**. Por êsse ato entregava o Recife e as demais praças que os holandeses possuíam no Brasil, retirando-se imediatamente para a Holanda. No dia seguinte, João Fernandes Vieira entrava vencedor no Recife, terminando, no Brasil, o domínio holandês, que durara 24 anos (de 1630 a 1654) e que se estendera do Rio São Francisco ao Maranhão.

Tal vitória fôra devida, porém, antes de mais nada, ao patriotismo e às ações heróicas dos filhos e habitantes do Brasil, unidos na defesa da terra, sem distinções de côr ou de raça.

RESUMO DAS INVASÕES HOLANDESAS

Primeira invasão holandesa

Vultos

- Felipe II — rei da Espanha, é aclamado rei de Portugal.
 Johan Van Dorth — comandante holandês, é morto numa emboscada.
 Diogo de Mendonça Furtado — governador do Brasil por ocasião da primeira invasão holandesa.
 Matias de Albuquerque — governador de Pernambuco, manda à Bahia Francisco Nunes Marinho.
 Francisco Nunes Marinho — assume o govêrno em nome de Matias de Albuquerque.
 D. Fradique de Toledo Osório — comandante da esquadra espanhola que reconquista a Bahia.

Segunda invasão holandesa

- Matias de Albuquerque — governador de Pernambuco. Funda o arraial do Bom Jesus. Resiste aos holandeses e depois retira-se para Alagoas.

- D. Antônio Oquendo — comandante da esquadra espanhola que trava o combate dos Abrolhos.
 Adrian Jansen Pater — comandante da esquadra holandesa que trava o combate dos Abrolhos.
 Conde Bagnuolo — desembarca em Pernambuco, à frente de 700 homens, que vão auxiliar os pernambucanos.
 Domingos Fernandes Calabar — mestiço de Pôrto Calvo. Passa para o exército holandês e o conduz a muitas vitórias. Prêso, é enforcado.
 Picard — chefe holandês batido em Pôrto Calvo.
 João Maurício de Nassau — governador do Brasil holandês, introduz em Pernambuco notáveis melhoramentos, fazendo sábio govêrno.
 Duque de Bragança — é aclamado rei de Portugal, que liberta da Espanha, tomando o título de D. João IV.

Insurreição Pernambucana

- André Vidal de Negreiros — paraibano que revolta o interior contra os holandeses.
 João Fernandes Vieira — português, que acompanha André Vidal e é aclamado chefe dos pernambucanos revoltados.
 Coronel Haus — chefe holandês derrotado no monte das Tabocas.
 Antônio Dias Cardoso, Martim Soares Moreno — chefes que auxiliam o movimento contra os holandeses.
 Henrique Dias — heróico chefe negro da Insurreição Pernambucana.
 Antônio Felipe Camarão (Poti) e D. Clara Camarão — chefes índios da Insurreição Pernambucana.
 Francisco Barreto de Menezes — nomeado pelo govêrno português chefe dos insurretos de Pernambuco.
 Pedro Jacques de Magalhães — comandante da esquadra portuguesa que, completando o cêrco do Recife, obriga os holandeses à rendição.
 Segismundo Van Schkoppe — célebre chefe holandês que assina a rendição dos holandeses, na Campina do Taborda.

Primeira invasão holandesa

Datas e fatos

- 1581 — Felipe II de Espanha é aclamado rei de Portugal.
 1581 — O Brasil passa para o domínio espanhol.
 1624 — (9 de maio) — Aparece, diante da cidade do Salvador, a esquadra holandesa.
 1624 — (10 de maio) — Desembarcam os holandeses e tomam a cidade.
 1625 — (1º de maio) — Em vista da chegada da esquadra de Toledo Osório, os holandeses entregam a cidade. Fim da primeira invasão holandesa.

Segunda invasão holandesa

- 1630 — (14 de fevereiro) — Chega diante de Olinda a esquadra holandesa.
 1630 — (fevereiro) — Olinda e Recife caem em poder dos holandeses.
 1635 — (3 de julho) — Matias de Albuquerque inicia a retirada para Alagoas.
 1637-1644 — Administração de Maurício de Nassau.
 1640 — (1º de dezembro) — Portugal liberta-se da Espanha. O duque de Bragança é aclamado rei com o título de D. João IV.
 1645 — (13 de junho) — Rompe a Insurreição Pernambucana.

Insurreição Pernambucana

- 1645 — (3 de agosto) — Os holandeses são derrotados no monte das Tabocas.
 1648 — (19 de abril) — Os pernambucanos vencem a primeira batalha dos Guararapes.
 1649 — (19 de fevereiro) — Os pernambucanos vencem a segunda batalha dos Guararapes.
 1654 — (26 de janeiro) — É assinada a capitulação da Campina do Taborda, que põe fim ao domínio holandês no Brasil.
 1654 — (27 de janeiro) — João Fernandes Vieira, à frente dos pernambucanos triunfantes, entra no Recife libertado.
 1630-1654 — Domínio holandês no Brasil.

7) ENTRADAS E BANDEIRAS; ANTÔNIO RAPOSO TAVARES E FERNÃO DIAS PAIS

Entradas e Bandeiras foram expedições que se fizeram no Brasil, nos séculos XVI, XVII e XVIII, com o fim de aprisionar selvagens para a escravidão, ou de descobrir minas de ouro e pedras preciosas. A elas se deveram a exploração e a conquista do interior.

As **Entradas**, de menor vulto e anteriores, eram, geralmente, organizadas pelos governadores. As **Bandeiras**, maiores e realizadas depois, tinham, quase sempre, organização particular.

As mais conhecidas entradas do século XVI são: a de Sebastião Tourinho; a de Antônio Dias Adôrno, neto de Caramuru, que trouxe escravizados milhares de índios; as de Gabriel Soares e Belchior Dias Moréia. Este dizia conhecer as fabulosas minas de prata jamais encontradas.

As **Bandeiras**, mais numerosas, partiram, de preferência, de São Paulo.

Denominavam-se **bandeirantes** os que as compunham. Eram grandes expedições de que fazia parte gente de variada espécie; homens de tôdas as classes, negros escravos, índios, mulheres, crianças, padres. Levavam tôda qualidade de animais domésticos, além das bestas de carga e de gado para alimentação. Pareciam uma verdadeira cidade em movimento. Afrontavam as dificuldades que surgiam, quer fôsem os obstáculos da própria terra explorada, quer fôsem os temporais, a fome, a sede, doenças.

Não raro surgiam rixas, desavenças, revoltas, traições, ataques dos índios. Nessas ocasiões os chefes usavam da maior energia, punindo a muitos, sacrificando sem dó. Mas as bandeiras avançavam cheias de esperanças, contando sempre atingir as ricas minas, ou aprisionar grandes porções de índios.

Os rios Tieté, Paraíba do Sul, São Francisco foram os principais caminhos por onde as bandeiras penetram, explorando o sertão.

Alguns desses bandeirantes se tornaram famosos por suas aventuras.

Antônio Rapôso Tavares foi o maior caçador de índios de São Paulo. Chegou, com suas tropas, às fraldas dos Andes e às margens do Amazonas.

Antônio Arzão explorou o rio Doce até **Vitória**, no Espírito Santo.

Fernão Dias Pais, «O Caçador de Esmeraldas», é de todos o mais famoso e conhecido bandeirante.

Velho e rico, partiu de São Paulo com uma grande bandeira. Pretendia encontrar a **serra das esmeraldas**.

Durante sete anos andou pelos sertões e explorou grande parte de Minas Gerais. Afinal, próximo da lagoa **Encantada** ou **Vupabuçu**, encontrou abundantes pedras verdes, que julgou serem esmeraldas, mas eram, apenas, turmalinas.

Morreu junto do rio das Velhas.

Borba Gato, genro de Fernão Dias, descobriu as minas de Sabará.

Bartolomeu Bueno da Silva descobriu as jazidas de ouro de Goiás, cujos sertões explorou. Chamaram-no os índios — **Anhanguera** — que quer dizer **diabo velho**.

Teve esse apelido origem no fato de Bartolomeu exigir dos selvagens a indicação dos lugares onde existia ouro. Não sendo atendido, encheu de álcool um prato e incendiou-o, dizendo-lhes que, como queimava aquela água, o mesmo faria aos seus rios, se porventura não o guiassem.

Muitas e valiosas conseqüências trouxeram as bandeiras, além das descobertas das minas de ouro e pedras preciosas.

Assim, graças a elas, foram levados para Oeste os limites do Brasil, aumentado de muito o seu território pelo esforço e coragem desses aventureiros. Conheceram-se e povoaram-se os sertões; abriram-se inúmeros caminhos, ligando-se o interior ao litoral. Muitos rios foram conhecidos, explorados e aproveitados como estradas fluviais. Lançaram-se os fundamentos de grande número de arraiais, depois transformados em cidades, hoje prósperas e adiantadas, notadamente em Minas, São Paulo, Goiás, Mato Grosso.

RESUMO DE ENTRADAS E BANDEIRAS

Vultos

Sebastião Tourinho e Gabriel Soares — chefes de entradas no século XVI.

Antônio Dias Adorno — chefe de uma entrada que aprisiona milhares de indígenas.

Belchior Dias Moréia — chefe de uma entrada que procura minas de prata.

Antônio Rapôso Tavares — famoso bandeirante paulista, chega aos Andes e ao Amazonas.

Antônio Arzão — explora o rio Doce e chega até Vitória, no Espírito Santo.

Fernão Dias Pais — o *Caçador de Esmeraldas* — parte de São Paulo em busca de esmeraldas, passa 7 anos explorando o sertão e morre junto ao rio das Velhas.

Borba Gato — genro de Fernão Dias Pais — descobre as minas de Sabará.

Bartolomeu Bueno da Silva — o *Anhanguera* — amedronta os selvagens e descobre as minas de Goiás.

8) INCONFIDÊNCIA MINEIRA; TIRADENTES

A Inconfidência Mineira, também chamada Conjuração Mineira, Conspiração Mineira e Conspiração de Tiradentes, foi a conspiração preparada em Minas, no ano de 1789, sonhando a nossa independência.

Como conseqüência das grandes riquezas descobertas, muitas cidades de Minas Gerais haviam prosperado. Eram habitadas por homens cultos, poetas, oradores, escritores, artistas, que acompanhavam com interesse os acontecimentos da Europa e da América do Norte.

Imaginaram êles fazer a independência do Brasil. Achavam-se entusiasmados com a libertação das colônias inglesas da América do Norte, que formaram a grande república dos Estados Unidos, e com as idéias de liberdade, igualdade e fraternidade, pregadas nos livros que vinham da França.

Esse desejo era tanto maior quanto, em Minas, era grande a opressão dos portugueses. Exerciam sobre os mineiros verdadeira tirania, praticando abusos e injustiças. Exigiam o pagamento de pesados impostos, como o do quinto do ouro, que se deixara atrazar e de que se ordenara, no momento, violenta cobrança.

Foi então que homens de valor e responsabilidade resolveram revoltar a população.

Entre os conspiradores contavam-se os poetas Inácio José de Alvarenga Peixoto, Tomaz Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, o doutor Álvares Maciel, os padres Oliveira Rolim e Carlos Toledo, o coronel da milí-

cia mineira Francisco de Paula Freire de Andrada e o alferes de cavalaria Joaquim José da Silva Xavier, alcunhado Tiradentes, por praticar, também, a arte dentária.

Haviam escolhido, para começar o movimento, o dia da cobrança dos quintos atrasados — a derrama — que tantos desgostos vinha despertando.

A conspiração foi preparada na cidade de Vila-Rica, hoje Ouro Preto. Os conjurados, que se reuniam, de preferência, na casa de Cláudio Manuel da Costa, tinham resolvido proclamar a república, mudar a capital de Minas para São João d'El-Rei e construir, em Vila-Rica, uma Universidade.

Haviam, igualmente, estabelecido que a futura república adotaria uma bandeira branca com a inscrição *Libertas quae sera tamen*, que significa — Liberdade embora tardia.

Tudo estava preparado, quando um dos conspiradores, Joaquim Silvério dos Reis, traiu seus companheiros e denunciou a conspiração ao Visconde de Barbacena, governador de Minas Gerais. Este imediatamente suspendeu a cobrança dos impostos atrasados e transmitiu a denúncia ao Rio de Janeiro, ao vice-rei Luís de Vasconcelos.

Logo depois eram os conspiradores presos em Minas e Tiradentes na rua dos Latoeiros, atual Gonçalves Dias, no Rio de Janeiro, para onde fôra, a fim de alcançar adesões e comprar armamentos.

Foram os acusados remetidos para o Rio de Janeiro. Só em 1792 foi proferida a sentença, sendo todos condenados, dos quais 12 à morte.

A rainha de Portugal, D. Maria I, porém mudara a pena de morte para degrêdo na África, exceto para os julgados indignos de perdão.

Tiradentes, considerado imperdoável, no dia 21 de abril de 1792, foi enforcado no Campo de São Domingos, sendo, depois, esquartejado e os pedaços de sua carne espalhados no caminho que ia do Rio a Vila-Rica. Nesta

cidade, sua cabeça foi erguida num poste, na praça pública.

Os demais condenados foram remetidos para diversas regiões africanas. Cláudio Manuel da Costa, entretanto, já se havia enforcado na cadeia de Vila-Rica.

Tiradentes ficou considerado, na História do Brasil, o Grande Mártir da Liberdade.

RESUMO DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA

Vultos

Inácio José de Alvarenga Peixoto, Tomaz Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Dr. Álvares Maciel, Padre Oliveira Rolim, Padre Carlos de Toledo, Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, Alferes Joaquim José da Silva Xaxier — o *Tiradentes*, etc. — participantes da Inconfidência Mineira. Joaquim Silvério dos Reis — conjurado que trair a Conspiração. Visconde de Barbacena — governador de Minas Gerais, recebe a denúncia e prende os conjurados. Luís de Vasconcelos — vice-rei do Brasil — recebe do Visconde de Barbacena a denúncia. Dona Maria I — rainha de Portugal que comuta a pena de morte, transformando-a em degrêdo na África, menos para os indigênos de perdão. Cláudio Manuel da Costa — conspirador que se enforca na prisão de Vila Rica. Tiradentes — único inconfidente enforcado e esquartejado.

Datas e fatos

1789 — Trama-se, em Minas Gerais, a Conspiração de Tiradentes.
1792 — É proferida, no Rio de Janeiro, a sentença dos implicados na Conspiração Mineira.
1792 — (21 de abril) — Tiradentes é enforcado no Campo de São Domingos.

9) TRANSMIGRAÇÃO DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA PARA O BRASIL. D. JOÃO VI

Napoleão Bonaparte, imperador da França, já vencera os mais fortes países da Europa, mas a Inglaterra, sua terrível inimiga, continuava sempre vitoriosa no mar. Para abatê-la, decretou êle, em 1806, o **bloqueio continental** e que consistia no fechamento de todos os portos europeus aos navios inglêses. O país que a êle não aderisse, seria tido como inimigo da França.

Portugal era, então, governado pelo príncipe **D. João**, régente, em virtude da loucura da rainha D. Maria I. Não tendo logo seguido as determinações napoleônicas e conservando sua velha amizade à Inglaterra, provocou o ódio do imperador da França. Êste ordenou que fôrças francesas, comandadas pelo general **Junot**, invadissem e ocupassem Portugal (1807).

D. João, vendo o sério perigo que ameaçava o reino e a falta de recursos para reagir, resolveu transmigrar para o Brasil, com tôda a família real, a côrte e enorme comitiva.

O embarque precipitado efetuou-se no dia 27 de novembro de 1807. Só no dia 29, porém, se pôs em movimento a esquadra que transportava a família real.

Vinha guardada por uma divisão de guerra inglêsa. Na viagem foi a esquadra dividida em duas, indo uma delas, aquela em que vinha D. João, arribar à Bahia, a 23 de janeiro de 1808.

Ali, a conselho do brasileiro **José da Silva Lisboa**, visconde de Cairu, no dia 28 de janeiro de 1808, D. João

promulgou um decreto declarando abertos os portos do Brasil às nações amigas.

Os baianos, desejosos de que a cidade do Salvador voltasse a ser a capital do Brasil, tudo fizeram para que D. João fixasse residência na Bahia, mas não foram atendidos.

A 7 de março desembarcaram no Rio de Janeiro D. João e todos quantos o acompanhavam.

D. João mandou, então, conquistar a Guiana Francesa, que, até 1817, esteve unida ao Brasil. Durante esse tempo vários dos seus produtos vegetais foram introduzidos no Brasil, como o abacateiro, a fruta pão, a cana caiana, etc.

A côrte instalou-se no Rio de Janeiro, no palácio dos governadores, onde hoje se acha o Departamento dos Correios e Telégrafos. O príncipe regente teve para sua residência particular a aprazível Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, que lhe foi oferecida de presente.

Houve, entretanto, dificuldade para alojar, numa cidade colonial e pequena, como o Rio de Janeiro de então, toda aquela gente que viera com a família real. Por essa razão, os moradores das melhores casas da cidade foram despojados de suas residências. Bastava que nelas fôsem inscritas as letras **P.R.** (Príncipe Regente) para que seus moradores as abandonassem. O povo logo traduzia tais letras como querendo dizer — **Ponha-se na rua ou prédio roubado.**

A permanência da côrte no Brasil foi proveitosa. Foram, então, criados, além das secretarias do Estado, estabelecimentos de alto valor.

Instituíram-se o Banco do Brasil, a Imprensa Régia, a Academia de Marinha, a Escola Médico Cirúrgica, a Escola de Belas Artes, a Biblioteca, o Jardim Botânico, o Arquivo Militar, uma fábrica de pólvora, etc. Foi fundado o primeiro jornal — a **Gazeta do Rio de Janeiro.**

Tão rápidos e grandes foram os progressos verificados que, a **16 de dezembro de 1815**, foi o Brasil elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves.

Em 1816, por morte de D. Maria, o príncipe regente foi aclamado rei com o título de **D. João VI.**

Em 1817, rebentou em Pernambuco sério movimento revolucionário republicano, que, depois de algum tempo, foi dominado, sendo executados vários patriotas.

Sustentou D. João, durante alguns anos, guerras no sul e incorporou o Uruguai ao Brasil, com o nome de **Província Cisplatina.**

Em 1820 rebentou uma revolução em Portugal. Procurava dar ao reino uma constituição e reclamava, com insistência, a volta de D. João VI.

Embora a contra gôsto, a 26 de abril de 1821, voltou para Portugal D. João VI, com a família real de Bragança. Ao despedir-se do filho, D. Pedro, que ficava como regente, teve as seguintes palavras: «**Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para alguns dêsses aventureiros.**»

RESUMO DA TRANSMIGRAÇÃO DA FAMÍLIA REAL DE BRAGANÇA. D. JOÃO VI

Vultos

- Napoleão Bonaparte — imperador da França — decreta o *bloqueio continental* contra a Inglaterra.
- Dona Maria I — rainha de Portugal — enlouquece e o govêrno passa a
- D. João VI — príncipe regente de Portugal — transmigra para o Brasil com a família real, a côrte e muitos acompanhantes.
- D. Pedro — filho mais velho de D. João, fica no Brasil, quando a família real retorna a Portugal.
- Junot — general francês que comanda as tropas invasoras de Portugal.
- José da Silva Lisboa — Visconde de Cairu — aconselha D. João a abrir os portos do Brasil às nações amigas.

Datas e fatos

- 1806 — Napoleão Bonaparte decreta o "bloqueio continental".
- 1807 — (27 de novembro) — Embarque precipitado da família real de Bragança e da côrte.
- 1807 — (29 de novembro) — Põe-se em movimento a esquadra que traz a família real e a côrte.
- 1807 — Portugal é invadido pelas tropas francesas do general Junot.
- 1808 — (23 de janeiro) — Parte da esquadra portuguesa, com o navio que transporta D. João, chega à Bahia.
- 1808 — (28 de janeiro) — A conselho do Visconde de Cairu, D. João promulga o decreto que abre os portos do Brasil às nações amigas.
- 1808 — (7 de março) — Desembarca a família real portuguesa, com a sua comitiva, no Rio de Janeiro.
- 1815 — (16 de dezembro) — O Brasil é elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves.
- 1816 — Morre Dona Maria I e é aclamado rei D. João VI, até então príncipe regente.
- 1817 — Revolução Republicana em Pernambuco.
- 1817 — O Brasil restitui a Guiana Francesa à França.
- 1820 — Rebenta em Portugal uma revolução, que reclama a volta de D. João VI.
- 1821 — (26 de abril) — D. João VI volta a Portugal, deixando no Brasil seu filho, D. Pedro, como príncipe regente.

10) A INDEPENDÊNCIA. D. PEDRO I, JOSÉ BONIFÁCIO, GONÇALVES LEDO

Quando, em 1821, D. João VI foi forçado a voltar para Portugal, em seu lugar deixou, no Brasil, o filho, D. Pedro, como príncipe regente.

Sonhava-se, então, ardentemente, com a libertação do Brasil do domínio português; desejava-se a pátria livre. Dentre os que mais lutavam, nessa época, por um movimento que trouxesse a independência, distinguíam-se **José Bonifácio de Andrada e Silva**, **Joaquim Gonçalves Ledo**, **Frei Francisco de Sampaio**, **José Joaquim da Rocha** e o português **José Clemente Pereira**.

Enquanto isso, as côrtes portuguesas pretendiam fazer o Brasil voltar à situação de colônia. Temendo que D. Pedro, môço entusiasta e arrebatado, fôsse atraído pelos brasileiros, promulgaram elas um decreto exigindo que o príncipe regressasse a Lisboa, afim de completar sua instrução.

Compreendeu-se, logo, que era o primeiro ato para recolonizar o Brasil.

Imediatamente os patriotas puseram-se a trabalhar, dispostos a impedir a retirada do príncipe.

Promoveram uma representação que foi assinada por mais de 8 000 pessoas, solicitando a D. Pedro sua permanência no Brasil.

No dia **9 de janeiro de 1822**, êsse abaixo-assinado foi levado ao príncipe pelos vereadores do Senado da Câmara e por grande multidão. No paço foi lido a D. Pedro por **José Clemente Pereira**. O príncipe resolveu

atender ao pedido e desobedecer às côrtes portuguezas. Proferiu, então, as palavras, que ficaram famosas:

Como é para bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico.

Esta resposta, transmitida ao povo aglomerado no largo do Paço (hoje Praça 15 de Novembro), foi festejada com grandes aclamações.

Passou êsse dia a ser conhecido, na História do Brasil, como — o dia do Fico.

D. Pedro organizou, então, o ministério de que fêz parte o illustre brasileiro **José Bonifácio de Andrada e Silva**.

Aconselhado por José Bonifácio, D. Pedro promulgou notáveis decretos.

Dêstes, o mais importante estabelecia que lei alguma vinda de Portugal seria executada no Brasil, sem que tivesse o — cumpra-se — do Príncipe Regente.

Graves agitações lavraram pelas províncias, mòrmente na Bahia. Ali o comandante das fôrças portuguezas — **General Madeira de Melo** — se recusou a reconhecer a autoridade de D. Pedro. Contra êle revoltaram-se os brasileiros.

No dia 13 de maio, D. Pedro aceitou o título de **Defensor Perpétuo do Brasil**.

A 3 de junho, convocou uma Assembléia Constituinte para o Brasil. A 1º de agôsto, o Príncipe Regente dirigiu uma proclamação aos brasileiros, incitando-os a que se unissem a favor da independência. Esta proclamação fôra inspirada e redigida pelo patriota **Joaquim Gonçalves Ledo**.

Havia D. Pedro ido a São Paulo onde restabelecera a ordem que ali andara perturbada. Depois visitou Santos. No dia 7 de setembro de 1822, às 4 horas da tarde, de volta a São Paulo, achava-se nas proximidades do riacho Ipiranga. Neste sítio encontrou-o um mensageiro partido do Rio de Janeiro, a mando de sua espôsa, a

Princesa D. Leopoldina. Levava-lhe cartas da Princesa e de José Bonifácio, informando-o de que notícias chegadas de Portugal declaravam que as côrtes portuguezas iriam considerar nulos os atos que recentemente êle praticara. Resolveu, logo, o Príncipe desligar o Brasil de Portugal, fazendo-o independente. Irritado, arrancou do chapéu o laço português e, lançando-o fora, exclamou, além de outras palavras: **É tempo... Independência ou Morte! Estamos separados de Portugal!**

Com rapidez correu a notícia do acontecimento e, já ao entrar na cidade de São Paulo, era D. Pedro recebido no meio de aplausos ruidosos. As manifestações se renovaram, no Rio de Janeiro, quando, no dia 17, ali chegou, de volta.

No dia 12 de outubro foi o Príncipe aclamado Imperador Constitucional e sua coroação realizou-se no dia 1º de dezembro.

Na Bahia, porém, a luta que se travou entre os brasileiros e as fôrças portuguezas do General Madeira, se prolongou até o dia 2 de julho de 1823, quando os portuguezes abandonaram a cidade do Salvador, que foi ocupada e libertada pelos nacionais.

RESUMO DE A INDEPENDENCIA. D. PEDRO I

Vultos

- D. João VI — rei de Portugal, volta à Europa.
 D. Pedro — filho de D. João VI — fica no Brasil como Príncipe Regente. Proclama a Independência do Brasil.
 José Bonifácio de Andrada e Silva, Joaquim Gonçalves Ledo, José Joaquim da Rocha, José Clemente Pereira e Frei Francisco de Sampaio — trabalham pela Independência do Brasil.
 José Clemente Pereira — lê a D. Pedro a representação que pede a sua permanência no Brasil.
 José Bonifácio de Andrada e Silva — ministro de D. Pedro, aconselha-o a publicar notáveis decretos.

General Madeira de Melo — chefe das forças portuguesas na Bahia, não reconhece a autoridade do Príncipe. Batido mais tarde, abandona o Brasil.

Joaquim Gonçalves Ledo — redige a proclamação que convida os brasileiros a se unirem.

Dona Leopoldina — espôsa de D. Pedro, transmite-lhe graves notícias vindas de Portugal.

Datas e fatos

- 1821 — D. João VI volta para Portugal D. Pedro é nomeado Príncipe Regente do Brasil.
- 1822 — (9 de janeiro) — *Dia do Fico* — Atendendo ao pedido dos brasileiros, D. Pedro resolve desobedecer às côrtes portuguesas e ficar no Brasil.
- 1822 — (13 de maio) — D. Pedro aceita o título de *Defensor Perpétuo do Brasil*.
- 1822 — (3 de junho) — É convocada uma Assembléa Constituinte para o Brasil.
- 1822 — (1º de agosto) — D. Pedro dirige uma proclamação aos brasileiros, incitando-os a se unirem em favor da Independência.
- 1822 — (7 de setembro) — Às margens do riacho Ipiranga, em São Paulo, D. Pedro profere o grito de "Independência ou Morte", proclamando a "*Independência do Brasil*".
- 1822 — (17 de setembro) — De volta ao Rio de Janeiro, D. Pedro é entusiasticamente aclamado.
- 1822 — (12 de outubro) — D. Pedro é aclamado Imperador Constitucional.
- 1822 — (1º de dezembro) — D. Pedro I é coroado.

11) SETE DE ABRIL. GOVERNOS REGENCIAIS. O PADRE FEIJÓ

O reinado de D. Pedro I durou de 1822 a 1831.

Durante êste período foi o Brasil teatro de acontecimentos notáveis de que faremos rápido resumo.

Em 1823, D. Pedro dissolveu violentamente a Assembléa Constituinte, prendendo e exilando vários deputados, entre os quais os irmãos **Andradas** (**José Bonifácio**, **Martim Francisco** e **Antônio Carlos**).

Em 1824, porém, concedeu uma Constituição ao Brasil.

Em 1824, ainda, rebentou em Pernambuco a revolta chamada **Confederação do Equador**, dirigida por **Manuel de Carvalho Pais de Andrade**. Vencidos os revoltosos, foram muitos deles presos e executados, como **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**.

A guerra travada de 1825 a 1828, contra as Províncias Unidas do Prata, pela posse da Província Cisplatina, terminou com a declaração da independência desta Província, com o nome de **República Oriental do Uruguai**.

Em Portugal, morreu D. João VI (1826). Deveria D. Pedro substituí-lo no trono português, mas abdicou a coroa a favor de sua filha, D. Maria da Glória.

A Imperatriz D. Leopoldina, grande amiga do Brasil, morreu em 1826 e realizou-se o segundo consórcio do Imperador com a princesa Amélia de Leuchtemberg, em 1829.

D. Pedro havia preferido a coroa do Brasil à de Portugal. Isto, entretanto, não impediu que crescesse

a oposição contra êle, a que deram motivo a divergência cada vez mais acentuada entre brasileiros e portugueses, e as tendências do Imperador para o governo absoluto. Era sempre acusado de favorecer os portugueses, seus patricios, em prejuizo dos brasileiros.

Fortes ataques faziam-se-lhe pela imprensa, destacando-se os do jornal *Aurora Fluminense*, de **Evaristo Ferreira da Veiga**.

Grande era a exaltação de ânimos, notadamente em Minas Gerais. Desejando acalmar a província, resolveu D. Pedro visitá-la. Ali se desgostou muito o imperador com a fria recepção que teve.

Resolveram os portugueses celebrar a chegada de D. Pedro ao Rio com grandes festejos.

Os brasileiros, vendo nesse ato uma provocação, promoveram manifestações contrárias. Tais fatos produziram, nas noites de 11, 12 e 13 de março de 1831, sérios conflitos em que as garrafas arremessadas eram a principal arma, pelo que êsses acontecimentos ficaram conhecidos por «noites das garrafadas».

Cada vez mais se exaltavam os brasileiros. A 5 de abril D. Pedro demitiu o ministério, nomeando outro constituído de figuras antipatizadas. Indignaram-se os brasileiros e grande concentração de povo e tropa se fez, no Campo de Santana, no dia 6, sendo enviada uma delegação a D. Pedro, exigindo a demissão do ministério.

Tudo farei para o povo, nada, porém, pelo povo foi a sua resposta e que provocou a revolta. A ela aderiram os três irmãos Lima e Silva, generais brasileiros de grande prestígio no exército, e o próprio batalhão do imperador.

Em face da situação, às 2 horas da madrugada de 7 de abril de 1831, resolveu D. Pedro I abdicar a coroa na pessoa de seu filho, **D. Pedro de Alcântara**, então com 5 anos de idade. Para seu tutor indicava José Bonifácio de Andrada e Silva. Retirou-se o Imperador com a família e seguiu para a Europa.

Governos Regenciais. — Feita a abdição, foi designada para governar o Brasil uma regência trina provisória, constituída do brigadeiro **Francisco de Lima e Silva**, do marquês de **Caravelas** e do senador **Nicolau Pereira de Campos Vergueiro**.

Pouco depois era esta regência substituída por outra permanente, constituída do brigadeiro **Francisco de Lima e Silva**, de **José da Costa Carvalho** (marquês de Monte Alegre) e do deputado **João Bráulio Muniz**.

Durante esta segunda regência foi o Brasil agitado por várias revoltas facilmente dominadas, graças, principalmente, à energia do ministro da justiça, **Padre Diogo Antônio Feijó**.

José Bonifácio, comprometido numa dessas revoltas, foi destituído do cargo de tutor e exilado para a ilha de Paquetá. Em 1838 faleceu em S. Domingos, Niterói.

A 12 de agosto de 1834 alterava-se a Constituição, sendo promulgado o **Ato Adicional**, que criava as Assembleias Provinciais e estabelecia um só regente, em vez de três. Foi, então, eleito único regente do império o **Padre Diogo Antônio Feijó**.

A 24 de setembro de 1834 faleceu, em Portugal, o ex-imperador D. Pedro I.

Regência de Feijó. — A primeira regência uma foi um período agitado, tendo o Padre Feijó de encarar assuntos de grande interesse.

Pôs fim à revolta **Cabanada**, que vinha seriamente perturbando o Pará.

No Rio Grande do Sul, rebentou, a 20 de setembro de 1835, a revolta chamada — **Guerra dos Farrapos**. Capitaneava-a **Bento Gonçalves da Silva**. Mais tarde, na serra dos Tapes, os revolucionários rio-grandenses proclamaram a **República de Piratinim**.

A luta só terminou em 1845. Tendo crescido enormemente a oposição ao Padre Feijó, êste deixou a regência, passando-a a **Pedro de Araújo Lima**, depois eleito e confirmado no cargo.

Regência de Araujo Lima. — Durante este período regencial foram criados o Instituto Histórico e Geográfico e o Imperial Colégio de D. Pedro II, depois dividido em externato e internato.

Na Bahia rebentou a revolta da **Sabinada**, dirigida pelo médico Dr. Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, e que, meses depois, foi sufocada.

No Maranhão deu-se a revolta da **Balaiada**, encabeçada por Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, alcunhado o **Balaio**, Raimundo Gomes Vieira e pelo prêto Cosme.

Em 1840, o partido liberal conseguiu que, em face da difícil situação política que o país atravessava, D. Pedro, então, apenas com 15 anos, fôsse declarado maior. A **23 de julho de 1840**, era declarada a maioria do segundo imperador do Brasil, D. Pedro II.

RESUMO DO REINADO DE D. PEDRO I — SETE DE ABRIL — GOVERNOS REGENCIAIS

Vultos

- D. Pedro I — primeiro imperador do Brasil. Abdica em 1831. Morre em Portugal.
- Irmãos Andradas (José Bonifácio, Martim Francisco, Antônio Carlos) — presos e exilados depois de dissolvida a Constituinte.
- Manuel de Carvalho Pais de Andrade — chefe da Confederação do Equador.
- Frei Joaquim do Amor Divino Caneca — condenado à morte como implicado na revolta da Confederação do Equador.
- D. João VI — rei de Portugal, morto em 1826.
- Imperatriz Leopoldina — espôsa de D. Pedro I, falecida no Rio de Janeiro.
- Princesa Dona Maria da Glória — filha de D. Pedro I e em favor de quem êle abdica o trono de Portugal.
- Dona Amélia de Leuchtemberg — segunda espôsa de D. Pedro I.
- Evaristo Ferreira da Veiga — diretor do jornal a "Aurora Fluminense", que ataca enérgicamente o imperador.

- Irmãos Lima e Silva — generais brasileiros que aderem ao movimento popular contra o govêrno.
- D. Pedro de Alcântara — filho de D. Pedro I e em favor de quem êle abdica o trono do Brasil.
- José Bonifácio de Andrada e Silva — tutor de D. Pedro II. Mais tarde, envolvido em revoltas do Rio de Janeiro, é exilado para Paquetá.
- Brigadeiro Francisco de Lima e Silva — Marquês de Caravelas — senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro — formam a regência trina provisória.
- Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz — formam a regência trina permanente.
- Padre Diogo Antônio Feijó — enérgico ministro da justiça da regência permanente. Regente do Império.
- Bento Gonçalves da Silva — chefe da Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul.
- Pedro de Araujo Lima — regente do Império.
- Dr. Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira — chefe da revolta Sabinada, na Bahia.
- Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, Raimundo Gomes Vieira e prêto Cosme — chefes da revolta Balaiada, no Maranhão.

Datas e fatos

- 1822-1831 — Reinado de D. Pedro I.
- 1823 — Dissolução da Assembléia Constituinte. Prisão e exílio dos Andradas.
- 1824 — Promulgação da Constituinte. Revolta da Confederação do Equador, em Pernambuco.
- 1825-1828 — Guerra com a Argentina.
- 1826 — Morre, em Portugal, D. João VI. Morre, no Rio de Janeiro, a imperatriz Dona Leopoldina.
- 1829 — Casamento de D. Pedro I com D. Amélia de Leuchtemberg.
- 1831 — (11, 12, 13 de março) — "Noites das Garrafadas".
- 1831 — (5 de abril) — D. Pedro I modifica o ministério.
- 1831 — (6 de abril) — Povo e tropa, reunidos no Campo de Santana, exigem a demissão do ministério.

- 1831 — (7 de abril) — D. Pedro I abdica na pessoa de seu filho, D. Pedro II.
- 1831-1840 — Período regencial.
- 1834 — (12 de agosto) — Promulga-se o Ato Adicional que estabelece um só regente em vez de três.
- 1834 — (24 de setembro) — Morre, em Portugal, D. Pedro I.
- 1835 a 1837 — Regência do Padre Feijó.
- 1835 — (20 de setembro) a 1845 — Guerra dos Farrapos.
- 1837 a 1840 — (23 de julho) — Regência de Pedro de Araújo Lima.
- 1838 — Falece José Bonifácio.
- 1840 — (23 de julho) — É declarada a maioridade de D. Pedro II.

12) SEGUNDO REINADO; D. PEDRO II

D. Pedro II, nascido a 2 de dezembro de 1825, governou o Brasil de 23 de julho de 1840, quando foi declarado maior, até 15 de novembro de 1889, quando foi proclamada a República.

Em 1841, foi sagrado e coroado Imperador e, em 1843, casou com a princesa **D. Teresa Cristina**, irmã do rei de Nápoles.

Assumindo o governo, D. Pedro II concedeu logo ampla anistia a todos os criminosos políticos, procurando, dessa forma, restabelecer a paz nas províncias.

No Rio Grande do Sul, porém, os revoltosos não aceitaram a anistia e continuaram a luta.

Em 1842 rompeu, em Sorocaba (São Paulo), uma revolta sob a chefia do brigadeiro **Rafael Tobias de Aguiar** e, em Barbacena (Minas), outra, dirigida por **José Feliciano Pinto Coelho**.

O general **Luiz Alves de Lima e Silva**, Barão de **Caxias**, venceu ambos os conflitos, restabelecendo a ordem nas duas províncias.

Designado, em seguida, o grande brasileiro para pacificar o Rio Grande do Sul, após algumas notáveis vitórias ganhas sobre os Farrapos, fêz, em 1845, a paz com os rebeldes, nessa ocasião dirigidos por **Davi Canabarro**.

Em 1851 e 1852, teve o império de sustentar guerra contra **Manuel Rosas**, ditador da Argentina e **Manuel Oribe**, chefe uruguaio, por causa dos abusos que seus partidários praticavam, no Uruguai, contra os brasileiros ali residentes. O Uruguai foi invadido pelas tropas

brasileiras comandadas por **Caxias** e **Pôrto Alegre**, que ocuparam Montevidéu.

Depois da ocupação de Montevidéu, marcharam as tropas contra Buenos Aires, vencendo a célebre batalha de **Montes Caseros**, contra Rosas, que, após a derrota, fugiu para a Inglaterra.

Atravessou o Brasil, a seguir, um período de paz e progresso. Então, foi novamente criado o Banco do Brasil. Em 1854, inaugurou-se a primeira estrada de ferro, de Mauá à Serra da Estrêla e devida a **Irineu Evangelista de Sousa, Barão** e, depois, **Visconde de Mauá**. Fundou-se o dique da ilha das Cobras. Em 1864 sustentou nova guerra contra o Uruguai, em virtude dos vexames que sofriam os brasileiros, residentes na República Oriental, dos partidários do presidente **Aguirre**.

Em consequência desta guerra teve o Brasil de se empenhar em outra mais longa e mais difícil, com o Paraguai, que será tratada em capítulo especial.

Depois da guerra do Paraguai, o país foi agitado pela campanha da Abolição, terminada com a promulgação da lei de **13 de maio de 1888**. A propaganda republicana, amparada pelos militares descontentes com os fatos da chamada Questão Militar, triunfou a **15 de novembro de 1889**. Nesse dia realizou-se a proclamação da República. Com a queda do Império, seguiu para o exílio D. Pedro II, com tôda a família imperial.

Durante quase 50 anos de govêrno, D. Pedro II deu sempre sinceras provas do mais alevantado patriotismo, de indescritível honestidade e grande amor aos estudos. Suas virtudes granjearam-lhe sempre o respeito das mais altas personalidades do mundo inteiro e, no país, a consideração até de seus adversários políticos.

RESUMO DO SEGUNDO REINO — D. PEDRO II

Vultos

D. Pedro II — segundo imperador do Brasil,

- Dona Teresa Cristina — irmã do rei de Nápoles, casada com D. Pedro II.
- Rafael Tobias de Aguiar — chefe da revolta de Sorocaba (São Paulo).
- José Feliciano Pinto Coelho — chefe da revolta de Barbacena (Minas).
- Luís Alves de Lima e Silva — Barão de Caxias — vencedor das revoltas de Sorocaba e Barbacena. Pacifica o Rio Grande do Sul e termina a guerra dos Farrapos. Vence o Uruguai e a Argentina.
- Manuel Oribe — chefe uruguaio que, pelos abusos praticados, provoca a invasão brasileira até a ocupação de Montevidéu.
- Pôrto Alegre — general brasileiro que, em companhia do Barão de Caxias, invade o Uruguai.
- Irineu Evangelista de Souza — Visconde de Mauá — inaugura a primeira estrada de ferro do Brasil, de Mauá à Serra da Estrêla.
- Aguirre — presidente do Uruguai, contra quem o Brasil sustenta nova guerra.

Datas e fatos

- 1825 — (2 de dezembro) — Nasce D. Pedro II.
- 1840 — (23 de julho) — É declarada a maioria de D. Pedro II.
- 1841 — D. Pedro II é sagrado e coroado imperador.
- 1842 — Revolução em Sorocaba (São Paulo) e Barbacena (Minas Gerais).
- 1843 — Casamento de D. Pedro II com Dona Teresa Cristina, de Nápoles.
- 1851-1852 — Guerra contra Manuel Rosas, ditador da Argentina e Manuel Oribe, chefe uruguaio.
- 1854 — Inaugura-se a primeira estrada de ferro no Brasil.
- 1864 — Guerra contra Aguirre, caudilho uruguaio.
- 1888 — (13 de maio) — Abolição da escravidão.
- 1889 — (15 de novembro) — Proclamação da República.

13) GUERRA DO PARAGUAI; OSÓRIO E CAXIAS

Francisco Solano Lopez, ditador do Paraguai, oferecera-se para mediador da questão entre o Brasil e o Uruguai. Como sua intervenção não foi aceita, Solano Lopez, desejando fazer, na América do Sul, grande império seu, provocou uma guerra com o Brasil.

Em plena paz, mandou aprisionar o navio brasileiro «Marquês de Olinda», que subia o rio Paraguai, em direção de Mato Grosso, levando o presidente desta província, **Coronel Frederico Carneiro de Campos**.

Os paraguaios prenderam quantos iam a bordo e apoderaram-se de 400 contos de réis que o navio conduzia.

Em seguida mandou o ditador do Paraguai invadir Mato Grosso, tomando o forte de Coimbra e várias posições e localidades (dezembro de 1864).

O Brasil tratou logo de se organizar, preparando a esquadra, armando e aumentando o exército com os corpos de **Voluntários da Pátria**, e chamando às armas a **Guarda Nacional**.

Chefe do exército em operações foi nomeado o **General Manuel Luís Osório**.

Desejando invadir o Rio Grande do Sul, Solano Lopez ocupou a província argentina de Corrientes e aprisionou navios argentinos.

Assim atacada, a Argentina aliou-se ao Brasil contra o Paraguai. Os brasileiros obtiveram, igualmente, adesão dos uruguaios.

Então, a 1º de março de 1865, Brasil, Argentina e Uruguai assinaram, contra a República do Paraguai, o tratado ofensivo e defensivo da **Triplíce Aliança**.

A 11 de junho de 1865, a esquadra brasileira, que atuava no rio Paraná, foi inesperadamente atacada pela esquadra paraguaia, perto da foz do rio **Riachuelo**. Sob as ordens do chefe de divisão **Francisco Manuel Barroso**, os brasileiros cobriram-se de glórias na memorável **batalha naval do Riachuelo**.

Os paraguaios, que haviam invadido a Argentina, foram atacar o Rio Grande do Sul, onde ocuparam São Borja e Uruguaiana. Cercados em Uruguaiana, a 18 de setembro de 1865, o General Estigarribia e todos os seus soldados rendiam-se às forças aliadas. Nessa ocasião, os vencedores tinham à frente o Imperador D. Pedro II, que do Rio partira, ao saber da invasão do Rio Grande do Sul.

Os aliados entraram, então, no Paraguai e, a 24 de maio de 1866, o General Osório alcançou a famosa **vitória de Tuiuti**.

Ainda em 1866, os aliados venceram, a 3 de setembro, em **Curuzu**, mas, a 22 do mesmo mês, sofreram sério revés em **Curupaiti**.

Em novembro desse ano foi nomeado comandante em chefe dos exércitos brasileiros no Paraguai o bravo **Caxias**. Para comandar a esquadra foi, também, nomeado **Joaquim José Inácio**, depois **Visconde de Inhaúma**.

Em 1867, marchara contra o Paraguai uma coluna que fôra organizada para invadi-lo pelo Norte.

A coluna chegou até a fazenda de **Laguna**, no Norte do Paraguai; sofrera, porém, grande falta de recursos e foi forçada a efetuar, às ordens do **Coronel Carlos de Moraes Camisão**, a célebre **Retirada da Laguna**. Suportaram os nossos soldados os ataques dos inimigos, os tormentos do fogo nos matos por onde andavam, dos temporais e da moléstia «cholera-morbus». Tudo eles padeceram com bravura e resignação, salvando as armas e as bandeiras do Brasil.

A 19 de fevereiro de 1868, sob a fuzilaria inimiga, a esquadra brasileira, comandada por **Delfim Carlos de**

Carvalho, realizou a passagem de **Humaitá**, que os paraguaios consideravam invencível.

Desenvolvendo apreciável tática, o invicto Caxias assinalou o mês de dezembro de 1868 com as brilhantes vitórias dos aliados: **Itororó** (dia 6), **Avai** (dia 11), **Lomas Valentinas** (27), **Angostura** (30).

Êstes triunfos abriram aos aliados o caminho de **Assunção**, capital do Paraguai, onde, a 5 de janeiro de 1869, o Marquês de Caxias entrava vencedor.

Conquistada Assunção, Caxias solicitou demissão de seu pôsto, sendo designado seu substituto o príncipe **Gastão de Orleans, Conde d'Eu**, genro do Imperador.

Após a perda da capital, Solano Lopez refugiou-se nas montanhas do Norte do Paraguai, onde novas tropas levantou.

Batido sempre, a 1º de março de 1870 foi o ditador do Paraguai, com pequena tropa, atacado em **Cêrro Corá**, às margens do riacho Aquidabanigui, pelas fôrças do **General Câmara**.

Intimado a render-se, tentou resistir, mas foi morto. Assim, chegava ao fim a campanha que durara mais de cinco anos e que tantos sacrifícios custara, mas de que o Brasil saíra honrado e glorioso.

RESUMO DA GUERRA DO PARAGUAI

Vultos

Francisco Solano Lopez — ditador do Paraguai, provoca a luta com o Brasil.

Coronel Frederico Carneiro de Campos — presidente de Mato Grosso, aprisionado pelos paraguaios a bordo do navio "Marquês de Olinda".

General Manuel Luís Osório — primeiro comandante das fôrças brasileiras em operações contra o Paraguai — Vencedor de Tuiuti.

Francisco Manuel Barroso — vencedor da batalha naval de Riachuelo.

General Estigarribia — comandante dos paraguaios que se rendem em Uruguaiana.

D. Pedro II — imperador do Brasil, dirige as tropas que reconquistam Uruguaiana.

Luís Alves de Lima e Silva — Marquês de Caxias — comandante das fôrças brasileiras no Paraguai. Vence a campanha de 1868 e entra em Assunção.

Joaquim José Inácio — Visconde de Inhaúma — comandante da esquadra brasileira.

Coronel Carlos de Moraes Camisão — dirige a Retirada da Laguna. Gastão de Orleans — Conde d'Eu — genro do imperador, substitui Caxias no comando do exército brasileiro.

General Câmara — comanda as tropas que, em Cêrro Corá, às margens do Aquidabanigui, matam Lopez e põem fim à guerra.

Datas e fatos

- 1864 — (dezembro) — Os paraguaios invadem Mato Grosso.
- 1865 — (1º de maio) — Assinatura do tratado defensivo e ofensivo da Tríplice Aliança pelo Brasil, Argentina e Uruguai.
- 1865 — (11 de junho) — Vitória dos brasileiros na batalha naval do Riachuelo.
- 1865 — (18 de setembro) — Rendição dos paraguaios em Uruguaiana.
- 1866 — (24 de maio) — Vitória do Brasil em Tuiuti.
- 1866 — (3 de setembro) — Vitória de Curuzu.
- 1866 — (22 de setembro) — Derrota dos aliados em Curupaiti.
- 1867 — Retirada da Laguna.
- 1868 — (19 de fevereiro) — Passagem de Humaitá.
- 1868 — (6 de dezembro) — Vitória de Itororó.
- 1868 — (11 de dezembro) — Vitória de Avai.
- 1868 — (27 de dezembro) — Vitória de Lomas Valentinas.
- 1868 — (30 de dezembro) — Vitória de Angostura.
- 1869 — (5 de janeiro) — Entrada de Caxias, triunfante, em Assunção.
- 1870 — (1º de março) — Batalha do Cêrro Corá. Morte de Lopez. Fim da guerra.

14) A ABOLIÇÃO DO CATIVEIRO; PRINCESA ISABEL, JOSÉ DO PATROCÍNIO E JOAQUIM NABUCO

A escravidão fôra introduzida no Brasil logo nos primeiros tempos.

Os colonizadores começaram escravizando os indígenas, êstes, porém, eram pouco dispostos à disciplina e ao trabalho. Por isto foram preferidos os negros da África, fortes, resistentes, humildes, já acostumados com o clima quente africano, semelhante ao do Brasil.

Na África eram os negros comprados a chefes inimigos que os haviam aprisionado, ou, então, atraídos para longe de seus domínios e presos pelos escravizadores.

Em grande número eram lançados nos porões dos navios negreiros.

Ali, onde o ar e a luz eram escassos, viviam todo o tempo da viagem. Amontoados, sujos, mal alimentados, doentes, muitos morriam.

Ao desembarcar, achavam-se, às vêzes, reduzidos a menos de metade, escaveirados, sujos, quase nus.

Eram conduzidos aos mercados onde cuidavam dêles, os alimentavam, os engordavam, sendo, depois, postos à venda.

Adquiridos pelos compradores, eram mandados para as fazendas do interior onde executavam tôda espécie de trabalho.

Se muitos senhores eram bons, outros, no entanto, tratavam-nos cruelmente, castigando-os sem dó nem piedade.

E o Brasil chegou a ter milhões de escravos.

A escravidão envergonhava-nos.

Sofriam as almas bondosas, sabendo que, em nossa terra, homens havia que escravizavam outros homens.

Começou-se a combater a escravatura.

Em 1850, graças ao **Senador Eusébio de Queirós**, ficava proibido o tráfico de africanos para o Brasil.

Não mais deveriam entrar escravos nos portos brasileiros, mas os que havia no Brasil, eram cêrca de dois milhões.

Aumentou a campanha contra o cativo, cresceu a propaganda a favor de leis que acabassem com essa triste instituição.

A **28 de setembro de 1871** era aprovada a lei devida ao **Visconde do Rio Branco**, chamada **lei do ventre livre**.

Por ela, todo filho de escravos, nascido a contar daquela data, estava liberto.

A luta pela abolição do cativo crescia sempre: poetas, oradores, jornalistas, deputados combatiam-no por tôda parte.

Fundaram-se sociedades para dar liberdade aos escravos, para proteger-lhes a fuga, defendê-los.

Faziam-se, a favor da abolição, conferências nos teatros, comícios na praça pública, sessões em reuniões particulares.

Os jornais atacavam a escravidão por tôdas as formas.

Promoviam-se festas cujo resultado em dinheiro era empregado na libertação de escravos.

Em 1884, o Ceará deu liberdade a todos os seus cativos, fato que entusiasmou ainda mais os propagandistas.

Em 28 de setembro de 1885, nova lei de grande importância foi votada; a **lei dos sexagenários**, que libertava os escravos maiores de 65 anos.

Já, então, a campanha abolicionista dominava o país inteiro e todos desejavam, apenas, que acabasse imediatamente a escravidão.

Entre os mais ardorosos partidários da abolição estavam Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, José do Patrocínio, Ferreira de Araujo, Joaquim Serra, Sousa Dantas, Ferreira de Menezes, Luiz Gama, Carlos de Lacerda, Antônio Bento, Benjamin Constant, André Rebouças, Ennes de Sousa, João Clapp, José Mariano e tantos outros.

Animados pelos propagandistas, começaram os negros a fugir das fazendas, em grandes bandos.

Tendo sido pedido auxilio ao exército para prendê-los, o exército, com grande dignidade, recusou-se.

Era a afirmação da vitória.

Com efeito, a 13 de maio de 1888, promulgava-se a lei áurea, que extinguiu a escravidão no Brasil.

Foi assinada pela princesa imperial regente, D. Isabel, com uma caneta com pena de ouro, adquirida em subscrição pública e que lhe foi entregue por José do Patrocínio.

Por esse fato, D. Isabel teve o título de **Redentora**.

Joaquim Nabuco, na Câmara e José do Patrocínio, na imprensa, foram os maiores abolicionistas.

RESUMO DA ABOLIÇÃO DO CATIVEIRO

Vultos

Senador Eusébio de Queirós — autor da lei que proibia o tráfico de africanos para o Brasil.

Visconde do Rio Branco — autor da lei do ventre livre.

Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, José do Patrocínio, Ferreira de Araújo, Joaquim Serra, Sousa Dantas, Ferreira de Menezes, Luís Gama, Carlos de Lacerda, Antônio Bento, Benjamin Constant, André Rebouças, Ennes de Sousa, João Clapp, José Mariano, etc. — Propagandistas da Abolição.

Dona Isabel — a *Redentora* — princesa imperial regente, assina a lei áurea, ou da extinção da escravatura no Brasil.

Datas e fatos

- 1850 — Lei da extinção do tráfico.
 1871 — (28 de setembro) — Lei do ventre livre — libertação dos filhos dos escravos.
 1884 — Libertação de todos os cativos do Ceará.
 1885 — (28 de setembro) — Lei dos sexagenários — libertação dos escravos maiores de 65 anos.
 1888 — (13 de maio) — Lei Áurea — abolição da escravatura no Brasil.

15) PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA; DEODORO, BENJAMIN CONSTANT

Desde longa data que a muitos brasileiros animava a idéia de um governo republicano. Desejavam governo em que o chefe fôsse escolhido, temporariamente, por seus patrícios, em lugar de, como acontece na monarquia, ser perpétuo e passar de pais a filhos, por força de herança.

Várias vêzes revoltas de caráter republicano tinham agitado o Brasil, mas haviam sido prontamente dominadas.

Depois da guerra do Paraguai, o movimento a favor da República do Brasil aumentou. Não teve, entretanto, imediato progresso, porque D. Pedro II, muito bondoso e amigo do povo, era bastante estimado.

Além disso, a campanha pela Abolição a todos atraía.

Mas os partidários da República, que eram também adeptos da Abolição, aproveitavam o combate à escravidão para atacar o Império.

Quando foi promulgada a lei de 13 de maio, os republicanos receberam um grande auxílio.

Os senhores de escravos, proprietários de grandes fazendas, haviam tido enormes prejuízos com o fim da escravatura. Tôda a sua lavoura repousava na posse de muitos negros. As fazendas ficaram ao abandono, a lavoura parou, a decadência veio logo.

Indignados, os fazendeiros fizeram-se, na sua maioria, republicanos.

E a propaganda a favor da República cresceu nos jornais, em reuniões na praça pública, nos teatros, nas academias, nos quartéis.

Organizavam-se grupos de republicanos que percorriam as cidades.

E apareceram os grandes vultos da campanha: **Quintino Bocaiuva, Lopes Trovão, Rui Barbosa, Campos Sales, Silva Jardim, Aristides Lôbo, Benjamim Constant, Sampaio Ferraz, Coelho Lisboa** e tantos outros.

Em breve a propaganda republicana alastrava-se pelo exército, descontente com as severas medidas do ministério presidido pelo **Visconde de Ouro Preto** e que haviam provocado sérias agitações conhecidas pelo nome de «questão militar».

Na manhã de 15 de novembro de 1889 tropas da guarnição da Capital revoltaram-se. Dirigidas pelo **Marchal Manuel Deodoro da Fonseca**, com o apoio de **Benjamim Constant**, foram postar-se no Campo de Santana, diante do Quartel General, onde se encontrava reunido o ministério.

Deodoro intimou o ministério a demitir-se e o Visconde de Ouro Preto, chefe do gabinete, não tendo seguido que **Floriano Peixoto** se opusesse aos revoltosos, com os quais já se comprometera, percebeu impossível a resistência. Telegrafou, então, ao Imperador, que se encontrava em Petrópolis, pedindo a demissão do ministério.

O ajudante General Floriano Peixoto mandou abrir os portões do Quartel General a Deodoro. Este, penetrando no pátio do Quartel, foi aclamado pelas tropas ali concentradas. Com elas voltou ao Campo, onde foi saudado por uma salva de 21 tiros e muitos vivas à República. Dirigiram-se daí as tropas ao Arsenal de Marinha, obtendo, por intermédio do almirante **Eduardo Wandenkolk**, o apoio da armada.

Era a vitória.

A 1 hora da tarde chegava o Imperador ao Paço Imperial

No dia 16, às duas e meia da tarde, o **major Solon** e o **Tenente Sebastião Bandeira** entregavam ao Imperador uma mensagem. Nela D. Pedro II era informado de que havia sido proclamada a República, devendo êle abandonar o país, com tôda a família, dentro de 24 horas.

Às 3 horas da madrugada do dia 17, embarcava a família imperial do Brasil para a Europa, a bordo da corveta **Parnaíba**, passando-se, na ilha Grande, para o paquete **Alagoas**.

Logo ao chegar à Europa, no dia 28 de dezembro, falecia, no Pôrto, a imperatriz D. Teresa Cristina. O imperador, mais tarde, a 5 de dezembro de 1891, morria, em Paris.

Ainda no dia 15 de novembro de 1889, após a proclamação da República, fôra organizado o Governo Provisório, assim constituído:

Chefe do govêrno: Marechal Manuel Deodoro da Fonseca.

Ministro da Guerra: Tenente Coronel Benjamin Constant.

Ministro da Marinha: Almirante Eduardo Wandenkolk.

Ministro do Interior: Aristides Lôbo.

Ministro da Fazenda: Rui Barbosa.

Ministro do Exterior: Quintino Bocaiuva.

Ministro da Justiça: Campos Sales.

Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas: Demétrio Ribeiro.

O Congresso Constituinte, que se reuniu no palácio da Quinta da Boa Vista, votou e promulgou, a 24 de fevereiro de 1891, a Primeira Constituição Republicana.

No dia seguinte, pelo mesmo Congresso foram eleitos presidente e vice-presidente da República, respectivamente, o **Marechal Manuel Deodoro da Fonseca** e o **Marechal Floriano Peixoto**.

RESUMO DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Vultos

Quintino Bocaiuva; Lopes Trovão, Rui Barbosa, Campos Sales, Silva Jardim, Aristides Lôbo, Benjamin Constant, Sampaio Ferraz, Coelho Lisboa, etc. — propagandistas da República. Visconde de Ouro Preto — chefe do último ministério imperial. Marechal Manuel Deodoro da Fonseca e Tenente Coronel Benjamin Constant — chefes da revolta que trouxe a "Proclamação da República".

Ajudante General Floriano Peixoto — aliado aos republicanos, abre a Deodoro as portas do Quartel General. Primeiro Vice-Presidente da República do Brasil.

Almirante Eduardo Wandenkolk — traz aos revoltosos o apoio da armada. Ministro da Marinha do Governo Provisório.

Major Solon e Tenente Sebastião Bandeira — entregam ao imperador a ordem de partida dentro de 24 horas.

D. Pedro II — imperador do Brasil, é exilado com tôda a família imperial. Morre em Paris.

Dona Teresa Cristina — imperatriz do Brasil, falece no exílio, no Pôrto.

Marechal Manuel Deodoro da Fonseca — chefe do Governo Provisório e Primeiro Presidente da República do Brasil.

Tenente Coronel Benjamin Constant — Ministro da Guerra do Governo Provisório.

Dr. Aristides Lôbo — Ministro do Interior do Governo Provisório.

Quintino Bocaiuva — Ministro do Exterior do Governo Provisório.

Dr. Campos Sales — Ministro da Justiça do Governo Provisório.

Demétrio Ribeiro — Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Governo Provisório.

Datas e fatos

1889 — (15 de novembro) — Proclama-se a República Brasileira.

- 1889 — (16 de novembro) — A família imperial recebe ordem de deixar o Brasil no prazo de 24 horas.
- 1889 — (17 de novembro) — Às 3 horas da madrugada, a família imperial segue para o exílio.
- 1889 — (28 de dezembro) — Falece, na cidade do Pôrto, a imperatriz Dona Teresa Cristina.
- 1891 — (24 de fevereiro) — É promulgada a Primeira Constituição Republicana.
- 1891 — (5 de dezembro) — Morre, em Paris, D. Pedro II.
- 1891 — (25 de fevereiro) — O Marechal Deodoro e o Marechal Floriano são eleitos, respectivamente, primeiro Presidente e primeiro Vice-Presidente da República.

16) GOVERNOS REPUBLICANOS

PRIMEIRO QUADRIÊNIO

O primeiro govêrno constitucional, com o Marechal Deodoro da Fonseca como presidente e o Marechal Floriano Peixoto como vice-presidente, iniciou-se a 25 de fevereiro de 1891.

Desentendendo-se o Congresso Nacional com o presidente da República, êste, contrariando a Constituição que acabava de ser aprovada, dissolveu o Congresso. Em protesto, a esquadra brasileira, dirigida pelo **contra-almirante Custódio José de Melo**, revoltou-se.

Então, o Marechal Deodoro, para evitar derramamento de sangue, renunciou à presidência e passou o govêrno ao vice-presidente, Marechal Floriano Peixoto.

Por êste motivo terminou a revolta da esquadra. (Novembro de 1891).

Govêrno do Marechal Floriano. — Foi muito agitado o govêrno do Marechal Floriano Peixoto.

Ainda em 1891, a 5 de dezembro, faleceu, em Paris, o Imperador D. Pedro II.

Em 1893 rompeu, no Rio Grande do Sul, uma revolta. Em entendimento com revoltosos do Rio Grande do Sul, a 6 de setembro de 1893, revoltou-se, na baía do Custódio José de Melo, quase tôda a esquadra, sob a chefia de

A esquadra aderiram as fortalezas de Villegagnon e da ilha das Cobras e, pouco depois, o almirante Saldaña da Gama, diretor da Escola Naval.

Apesar do violento fogo das fortalezas governistas, os navios revoltosos deixaram a Guanabara e foram a Santa Catarina, onde estabeleceram um govêrno provi-sório. De volta ao Rio de Janeiro, tentaram um desem-barque em Niterói, mas foram sèriamente derrotados no sangrento **combate da Armação**. Batidos, os rebeldes abandonaram os navios e as fortalezas, e refugiaram-se a bordo de uma corveta portuguesa.

Por êsse motivo, o Marechal Floriano Peixoto rom-peu relações com Portugal.

Por causa da ação enérgica que soube desenvolver, salvando a República da desordem, recebeu Floriano Peixoto os títulos de **Marechal de Ferro e Consolidador da República**.

SEGUNDO QUADRIÊNIO (1894-1898)

Presidente — Dr. **Prudente José de Moraes e Barros**.

O Dr. Prudente de Moraes procurou logo pacificar o país. No Rio Grande do Sul a luta continuava, sendo os revoltosos batidos, e morto o almirante Saldanha da Gama (1895).

Por um acôrdo terminou a campanha, sendo paci-ficado o Rio Grande do Sul.

Em 1897 deu-se a **revolta de Canudos**, arraial ser-tanejo da Bahia.

Quando voltavam as fôrças de Canudos, as quais haviam vencido os rebeldes, foi recebê-las o Dr. Pruden-te de Moraes, mas foi vítima de um atentado, e salvo pela dedicação do ministro da Guerra, **Marechal Macha-do Bittencourt**, que foi assassinado.

A 15 de novembro de 1898, o Dr. Prudente de Moraes passava o govêrno ao seu sucessor.

TERCEIRO QUADRIÊNIO (1898-1902)

Presidente — Dr. **Manuel Ferraz de Campos Sales**.

O govêrno do Dr. Campos Sales assinalou-se pela reconstituição das finanças nacionais, trabalho em que contou com a colaboração valiosa de seu ministro da fazenda — Dr. **Joaquim Murinho**.

Durante o seu govêrno, foi o Brasil visitado pelo presidente da República Argentina, Dr. **Júlio Roca**, vi-sita que, pouco depois, êle retribuiu.

QUARTO QUADRIÊNIO (1902-1906)

Presidente — Dr. **Francisco de Paula Rodrigues Alves**.

Neste período governamental o Brasil resolveu várias questões de limites, graças à atuação do ilustre ministro **Barão do Rio Branco**. Com a Bolívia foi assi-nado o tratado de Petrópolis (1903), que deu ao Brasil a posse do rico território do Acre.

Realizaram-se notáveis obras de renovação, sanea-mento e embelezamento do Rio de Janeiro, trabalhos devidos grandemente ao ministro da Viação e Obras Públicas, Dr. **Lauro Müller** e ao Prefeito do Distrito Federal, Dr. **Francisco Pereira Passos**.

O saneamento da capital trouxe a completa extinção da febre amarela, depois da enérgica e proveitosa cam-panha que empreendeu o benemérito Dr. **Oswaldo Cruz**, então diretor da Saúde Pública.

QUINTO QUADRIÊNIO (1906-1910)

Presidentes — Dr. **Afonso Augusto Moreira Pena** e Dr. **Nilo Peçanha**.

Do govêrno do Dr. Afonso Pena foram os seguintes os fatos mais importantes: resolução da questão de limites com a Guiana Holandesa; comparecimento do Brasil à conferência da Paz, em Haia, onde se distinguiu brilhantemente o representante brasileiro, Dr. **Rui Bar-bosa**.

A 14 de Junho de 1909, faleceu inesperadamente o digno presidente, Dr. Afonso Pena e assumiu a presidência o vice-presidente, Dr. Nilo Peçanha.

SEXTO QUADRIÊNIO (1910-1914)

Presidente — Marechal **Hermes Rodrigues da Fonseca**.

Entre os fatos importantes dêste quadriênio, notam-se: a morte do grande ministro Barão do Rio Branco; a morte do ex-presidente Campos Sales e do antigo jornalista republicano Quintino Bocaiuva; continuação das obras de saneamento da baixada fluminense e duplicação da linha da Serra do Mar, da E.F.C. do Brasil.

SÉTIMO QUADRIÊNIO (1914-1918)

Presidente — Dr. **Venceslau Braz Pereira Gomes**.

Fatos mais importantes do governo do Dr. **Venceslau Braz**:

promulgação do Código Civil Brasileiro;
resolução de velhas questões de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina;

declaração de guerra à Alemanha, como conseqüência do torpedeamento, por submarinos alemães, de navios do Brasil, que, assim, formou ao lado dos países aliados;

terrível epidemia de gripe, no fim de 1918, que enlutou o país, causando milhares de vítimas;

morte do sábio **Oswaldo Cruz** e do grande poeta **Olavo Bilac**.

OITAVO QUADRIÊNIO (1918-1922)

Presidentes — Dr. **Delfim Moreira da Costa Ribeiro** e Dr. **Epitácio da Silva Pessoa**.

Para presidente do oitavo quadriênio republicano, havia sido eleito e reconhecido, pela segunda vez, o Dr. **Francisco de Paula Rodrigues Alves**, que, adoecendo gravemente, não pôde assumir o governo no dia determinado pela lei, vindo mesmo a falecer, pouco depois.

Em seu lugar ocupou a presidência o Dr. **Delfim Moreira**, vice-presidente, que governou até 28 de julho de 1919, quando entregou o poder ao Dr. **Epitácio Pessoa**. Este fôra eleito em substituição ao Dr. Rodrigues Alves, quando servia, como embaixador do Brasil, na Conferência de Paz de Versalhes.

Durante o governo do Dr. Epitácio Pessoa, recebeu o Brasil a visita dos reis da Bélgica; foi feito o repatriamento dos corpos dos ex-imperadores D. Pedro II e D. Teresa Cristina.

A 5 de julho de 1922 deu-se, no Rio de Janeiro, o levante militar da Escola Militar de Realengo, dos fortes de Copacabana e do Vigia, logo sufocado.

A 7 de setembro de 1922, com brilhantes festejos, entre os quais magnífica Exposição Internacional, comemorou-se o Primeiro Centenário da Independência do Brasil.

Visitou-nos, por essa época festiva, o Dr. **Antônio José de Almeida**, presidente da República Portuguesa.

NONO QUADRIÊNIO (1922-1926)

Presidente — Dr. **Artur da Silva Bernardes**.

Foi um período de constantes agitações.

A 1º de março de 1923, faleceu, em Petrópolis, o grande brasileiro Dr. Rui Barbosa.

A 5 de julho de 1924, rebentou, em São Paulo, sério movimento revolucionário, vencido algum tempo depois. Outras perturbações se manifestaram por diversos estados.

Em 1926 foi, em parte, reformada a Constituição.

DÉCIMO QUADRIÊNIO (1926-1930)

Presidente — Dr. **Washington Luís Pereira de Sousa**.

Procurou o presidente Washington Luís restabelecer a paz e a ordem tão perturbadas no país durante o quadriênio anterior. Tomou grande interesse pela abertura de estradas de rodagem, cumprindo citar as Rio-São Paulo e Rio-Petrópolis.

A 24 de outubro de 1930 foi deposto por uma revolução vitoriosa, passando o governo a uma junta militar, que, a 3 de novembro de 1930, entregou a direção do país ao Dr. **Getúlio Vargas**, chefe civil da revolução triunfante.

GOVERNO DO DR. GETÚLIO VARGAS (1930-1945)

O Dr. **Getúlio Vargas** ocupou o governo até 1945. Até 1934 dirigiu o país como chefe revolucionário. Depois de aprovada a Constituição, em 1934, o Congresso Constituinte elegeu-o Presidente da República. Em 1937, porém, com apoio nas forças armadas, o Dr. **Getúlio** dissolveu a Câmara e o Senado, e voltou a governar, com uma carta constitucional por êle estabelecida e dando-lhe maior poder.

Os fatos mais importantes do governo do Dr. **Getúlio Vargas** toram:

Criação dos ministérios do Trabalho, de Educação e Saúde, e da Aeronáutica.

Em 1932, revolução de São Paulo, exigindo a promulgação da Constituição, e que foi vencida pouco depois.

Organização da legislação trabalhista.

Estabelecimento da usina siderúrgica de Volta Redonda.

Revolta comunista, em 1935, logo dominada.

Dissolução do Congresso, em 10 de novembro de 1937 e estabelecimento do Estado Novo.

Agitação integralista, em 1938, abafada imediatamente.

Torpedeamentos de navios brasileiros por corsários alemães e italianos e, em consequência, entrada do Brasil na Grande Guerra, ao lado das Nações Unidas.

Comparecimento da Fôrça Expedicionária Brasileira à Itália, onde obteve várias vitórias notáveis, como as de **Montese** e de **Monte Castelo**. Vitória, em 1945, das Nações Unidas de que fazia parte o Brasil.

A 29 de outubro de 1945, um movimento militar apeou do poder o Dr. **Getúlio Vargas**, acusado de pretender continuar como presidente, apesar de haver afirmado que realizaria as eleições presidenciais na data marcada.

Assumiu, então, a presidência o Dr. **José Linhares**, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

GOVERNO DO DR. JOSÉ LINHARES

O Dr. **José Linhares** conseguiu realizar as eleições para o novo presidente, com o país em plena calma, sendo eleito, por grande maioria, o **General Eurico Gaspar Dutra**, a quem passou o governo no dia 31 de janeiro de 1946.

GOVERNO DO GENERAL EURICO GASPAR
DUTRA (1946-1951)

Fatos mais importantes:

Convocação do Congresso Constituinte que elaborou a nova **Constituição**, promulgada a 18 de setembro de 1946.

Visitas dos presidentes **Videla**, do Chile e **Truman**, dos Estados Unidos.

Visita do General **Dutra** aos Estados Unidos, em retribuição à de **Truman**.

Início das grandes obras de aproveitamento das quedas d'água da Cachoeira de Paulo Afonso e fundação da grande usina do São Francisco.

Estudo de aproveitamento do petróleo brasileiro, com a criação das primeiras refinarias do Brasil.

A 3 de outubro de 1950 foi eleito, por grande maioria, para, novamente, governar o Brasil, o Dr. Getúlio Vargas, que iniciou seu novo governo a 31 de janeiro de 1951.

NOVO GOVERNO DO DR. GETÚLIO VARGAS

(1951-1954)

O novo governo do Dr. Getúlio Vargas estendeu-se até 24 de agosto de 1954.

Fatos mais importantes:

Comemoração do 4º centenário da fundação de São Paulo, com imponentes solenidades e a Exposição Internacional de Ibirapuera.

Criação da **Petrobrás** e da **Eletrobrás** destinadas à defesa e exploração, respectivamente, do nosso petróleo e de nossas fontes de energia elétrica.

Promulgação da lei que elevou os níveis de salário mínimo.

Em 1954, recrudescceu a oposição ao governo, na imprensa e no Congresso.

Na noite de 5 de agosto de 1954 era morto, num atentado, o major da Aeronáutica, Rubens Florentino Vaz, que acompanhava o jornalista Carlos Lacerda, cuja violenta campanha oposicionista abalava o espírito público.

O crime fôra tramado e executado por componentes da guarda pessoal da Presidência da República.

Aumentou por isso, fortemente, a campanha oposicionista, com o apoio das forças armadas.

Resolveu, então, o Dr. Getúlio Vargas licenciar-se, mas, na manhã de 24 de agosto de 1954, suicidou-se.

Assumiu a Presidência da República o Vice-presidente, Dr. João Café Filho, que, a 11 de novembro de 1955, foi deposto por forças do exército.

A 31 de janeiro de 1956 assumiu o poder o Dr. Juscelino Kubitschek, eleito para o período de 1956-1961.

Durante seu governo, a 21 de abril de 1960, inaugurou-se no Planalto Central, em Goiás, a nova capital

— Brasília.

Faleceu o ex-Presidente Washington Luís.

A 1 de outubro de 1960, foi eleito novo presidente da República o **Dr. Jânio da Silva Quadros**. Empossado a 31 de janeiro de 1961, iniciou governo forte que buscava corrigir a situação penosa em que se encontrava o país, mas, a 24 de agosto de 1961, renunciou inesperadamente.

Esboçou-se, então, breve crise político-militar que terminou com a transformação da forma de governo em República Parlamentar e a posse, no cargo de presidente, do Dr. João Goulart, vice-presidente em exercício.

Em janeiro de 1963, conforme decisão do plebiscito de 6 de janeiro de 1963, voltou o País a ser República Presidencial.

RESUMO DOS GOVERNOS REPUBLICANOS

Vultos

Marechal Manuel Deodoro da Fonseca — primeiro presidente da República; dissolve o Congresso e passa o governo ao vice-presidente, para evitar luta com a esquadra revoltada.

Marechal Floriano Peixoto — primeiro vice-presidente da República; substitui o Marechal Deodoro; combate a revolta da esquadra e a do Rio Grande do Sul; rompe relações com Portugal. É chamado "Marechal de Ferro e Consolidador da República".

Almirante Custódio José de Melo — revolta a esquadra na Guanabara.

Almirante Saldanha da Gama — comandante da Escola Naval, adere à revolução e morre, em combate, no Rio Grande do Sul.

- Dr. Prudente de Morais — presidente da República de 1894 a 1898. Pacífica o país; é vítima de um atentado e salvo por seu Ministro da Guerra.
- Marechal Machado Bittencourt — ministro da Guerra, assassinado quando defendia o chefe do governo.
- Dr. Campos Sales — presidente da República de 1898 a 1902; restabelece as finanças, visita a Argentina.
- Dr. Joaquim Murtinho — notável ministro da Fazenda, trabalha pela reconstituição das finanças brasileiras.
- Dr. Júlio Roca — presidente da Argentina, visita o Brasil.
- Dr. Rodrigues Alves — presidente da República de 1902 a 1906. Eleito pela segunda vez, em 1918, falece pouco depois.
- Barão do Rio Branco — ministro das Relações Exteriores, resolve, pacificamente, várias questões de limites.
- Dr. Lauro Müller — ministro da Viação, realiza notáveis obras no Rio de Janeiro.
- Dr. Pereira Passos — prefeito do Distrito Federal, remodela e embeleza a capital.
- Dr. Osvaldo Cruz — diretor de Saúde Pública, saneia o Rio de Janeiro e extingue a febre amarela.
- Dr. Afonso Pena — presidente da República de 1906 a 1909, quando falece.
- Dr. Nilo Peçanha — vice-presidente da República, assume o governo por morte do Dr. Afonso Pena.
- Dr. Rui Barbosa — representa brilhantemente o Brasil na Conferência da Paz, em Haia.
- Marechal Hermes da Fonseca — presidente da República, de 1910 a 1914.
- Dr. Venceslau Braz — presidente da República, de 1914 a 1918, declara guerra à Alemanha.
- Dr. Delfim Moreira — vice-presidente da República, governa o país, por morte do Dr. Rodrigues Alves, presidente eleito, até a posse do
- Dr. Epitácio Pessoa — embaixador do Brasil na Conferência da Paz, em Versalhes; eleito presidente da República, governa de 1919 a 1922.

- Alberto I e Elisabeth — reis da Bélgica, visitam o Brasil.
- Dr. Antônio José de Almeida — presidente de Portugal, visita o Brasil.
- Dr. Artur Bernardes — presidente da República de 1922 a 1926.
- Dr. Washington Luís — presidente da República de 1926 a 1930, pacifica o país, abre importantes estradas de rodagem. É deposto por uma revolução.
- Dr. Getúlio Vargas — chefe civil da revolução triunfante, governa o país de 1930 a 1945. Governa como chefe revolucionário, eleito pela Constituinte e, afinal, como ditador, depois de dissolver o Congresso. Cria a indústria siderúrgica, vence várias revoluções, organiza a legislação trabalhista, declara guerra à Alemanha. É deposto por um movimento militar. Eleito para o período de 1951 a 1956. Suicida-se a 24 de agosto de 1954.
- Dr. José Linhares — presidente do Supremo Tribunal Federal, scbe ao poder com a deposição do Dr. Getúlio Vargas e realiza em paz as eleições.
- General Eurico Gaspar Dutra — presidente eleito da República para o período de 1946 a 1951, convoca o Congresso Constituinte e promulga a nova Constituição. Visita os Estados Unidos, encara o problema do petróleo e da usina de Paulo Afonso.
- Presidentes Truman e Videla — respectivamente, dos Estados Unidos e do Chile, visitam o Brasil.
- Dr. João Café Filho — vice-presidente, que assume a presidência em consequência do suicídio do Dr. Getúlio Vargas. É deposto por forças militares.
- Dr. Juscelino Kubitschek — presidente eleito para o período de 1957-1961, manda construir a cidade de Brasília para onde se transfere a capital.
- Dr. Jânio da Silva Quadros — presidente eleito para o período de 1961-1965. Renuncia em agosto de 1961.
- Dr. João Goulart — vice-presidente que assume o governo com a renúncia do Dr. Jânio Quadros.

Datas e fatos

- 1891 — (25 de fevereiro) — Início do período constitucional
 1891 — (novembro) — Revolta da esquadra e renúncia do Marechal Deodoro.
 1891 — (5 de dezembro) — Morte, em Paris, do Imperador D. Pedro II.
 1891-1894 — Governo do Marechal Floriano Peixoto.
 1893 — (6 de setembro) — Revolta da esquadra do Almirante Custódio José de Melo.
 1894-1898 — Governo do Dr. Prudente de Moraes.
 1895 — Morte, em combate, do Almirante Saldanha da Gama.
 1898-1902 — Governo do Dr. Campos Sales.
 1902-1906 — Governo do Dr. Rodrigues Alves — Grandes melhoramentos no Rio de Janeiro
 1903 — Tratado de Petrópolis, posse do Território do Acre.
 1906-1909 — Governo do Dr. Afonso Pena.
 1909 — (14 de junho) — Morte do Dr. Afonso Pena.
 1909-1910 — Governo do Dr. Nilo Peçanha.
 1910-1914 — Governo do Marechal Hermes da Fonseca.
 1914-1918 — Governo do Dr. Venceslau Braz. Entrada do Brasil na primeira grande guerra.
 1918 — Morte do Dr. Rodrigues Alves e posse do Dr. Delfim Moreira na presidência da República.
 1919 — (28 de julho) a 1922 — Governo do Dr. Epitácio Pessoa.
 1920 — Visita dos reis da Bélgica.
 1922 — (5 de julho) — Revolta militar, logo sufocada.
 1922 — (7 de setembro) — Grandes festejos comemorativos do primeiro centenário da Independência do Brasil.
 1922-1926 — Governo do Dr. Artur Bernardes.
 1923 — (1º de março) — Morte do Dr. Rui Barbosa.
 1924 — (5 de julho) — Movimento revolucionário em São Paulo.
 1924 — Reforma da Constituição.
 1926-1930 — Governo do Dr. Washington Luís.
 1930 — (24 de outubro) — Vitória da revolução e deposição do Dr. Washington Luís.

- 1930 — (3 de novembro) — O Dr. Getúlio Vargas assume o poder.
 1930-1934 — Governo do Dr. Getúlio Vargas, como chefe revolucionário.
 1932 — Revolução Constitucionalista em São Paulo.
 1934 — Promulgação da Constituição e eleição, pela Assembléia Constituinte, do Dr. Getúlio Vargas, para Presidente da República.
 1935 — Revolta comunista prontamente vencida.
 1937 — (10 de novembro) — Dissolução do Congresso e estabelecimento de regime novo com o nome de Estado Novo.
 1938 — Revolta integralista logo dominada.
 1942 — Entrada do Brasil na segunda guerra, ao lado das Nações Unidas.
 1945 — Vitória das Nações Unidas de que o Brasil faz parte.
 1945 — (29 de outubro) — Movimento militar, deposição do Dr. Getúlio Vargas, posse do Dr. José Linhares.
 1946 — (31 de janeiro) — O Dr. José Linhares passa o governo ao general Eurico Gaspar Dutra, eleito Presidente da República.
 1946 — (18 de setembro) — Promulgação da nova Constituição Brasileira.
 1950 — (3 de outubro) — Eleição do Dr. Getúlio Vargas para Presidente da República do período 1951-1956.
 1951 — (31 de janeiro) — O Dr. Getúlio Vargas começa novo governo.
 1954 — (5 de agosto) — Morte do major Rubens F. Vaz.
 1954 — (24 de agosto) — Licenciamento do Dr. Getúlio Vargas e seu suicídio.
 1954 — (24 de agosto) — Assume o Governo o Dr. João Café Filho.

- 1955 — (11 de novembro) — Um golpe militar depõe o presidente Café Filho.
- 1956 — (31 de janeiro) — O Dr. Juscelino Kubitschek começa novo govêrno.
- 1960 — (21 de abril) — Inauguração de Brasília para onde se muda a capital.
- 1960 — (1 de outubro) — É eleito o Dr. Jânio da Silva Quadros.
- 1961 — (31 de janeiro) — O Dr. Jânio Quadros assume a presidência.
- 1961 — (24 de agosto) — O Dr. Jânio Quadros renuncia ao poder. Cria-se a República Parlamentar e o Dr. João Goulart, vice-presidente, assume o govêrno.
- 1963 — (6 de janeiro) — Um plebiscito nacional decide a volta do govêrno ao regime de República Presidencialista.

3000

